

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

**A CULTURA MATERIAL NA HISTÓRIA DO *LYCEU MARANHENSE* POR MEIO
D'O PUBLICADOR OFFICIAL E PUBLICADOR MARANHENSE (1838 - 1885)**

São Luís
2018

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

**A CULTURA MATERIAL NA HISTÓRIA DO *LYCEU MARANHENSE* POR MEIO
D'O PUBLICADOR OFFICIAL E PUBLICADOR MARANHENSE (1838 - 1885)**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro

Coorientador: Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

São Luís
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Souza, Mateus de Araújo.

A Cultura Material na História do Lyceu Maranhense por meio do Publicador Oficial e Publicador Maranhense 1838 - 1885 / Mateus de Araújo Souza. - 2018.
80 f.

Coorientador(a): Samuel Luis Velázquez Catellanos.

Orientador(a): César Augusto Castro.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018.

1. Cultura material escolar. 2. História Cultural. 3. Imprensa Periódica. 4. Liceu Maranhense. 5. Processo Indexatório. I. Augusto Castro, César. II. Luis Velázquez Catellanos, Samuel. III. Título.

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

**A CULTURA MATERIAL NA HISTÓRIA DO *LYCEU MARANHENSE* POR MEIO
D'O PUBLICADOR OFFICIAL E PUBLICADOR MARANHENSE (1838 - 1885)**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro (Orientador)
Pós- Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Diana Rocha da Silva
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro
Doutora em Ciência da Educação
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Conseguir chegar ao final deste percurso e entregar este trabalho para a conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão só se tornou possível pelo suporte fornecido a mim por diversas pessoas a quem aqui agradecerei.

Primeiramente e sobre todas as coisas a Deus, em quem acredito e mais do que isso ele acreditou em mim quando colocou este desafio em meu caminho.

Ao meu orientador Prof^o. Dr. César Augusto Castro, que me recebeu das mãos de meu pai no meu primeiro dia de UFMA e desde então decidiu me acolher e vem me orientando com carinho e confiança.

A professora Dra. Diana Rocha da Silva pela disponibilidade e generosidade em ceder seu tempo e seu olhar neste e em outros trabalhos.

Ao professor Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos pela paciência e confiança que me possibilitaram crescer no nível pessoal e profissional.

A minha família pelo apoio e suporte incondicional, meu pai José Ribamar Vieira de Souza, companheiro fiel das madrugadas que nunca me deixou sair de casa sem uma benção e um abraço;

A minha mãe Maria do Amparo Ferreira de Araújo, pelo amor constante despendido a todos os filhos, pelos conselhos e oração e pela força dada no momento certo.

A meus irmãos Jéssica de Araújo Souza e Tiago de Araújo Souza, irmão não se escolhe, no entanto se me tivesse sido dada essa decisão os escolheria sempre.

À minhas amigas Orlanira Serra Santos, Karla Regina Serra Santos, Nelita Kelly Gomes de Araújo e Rute Ferreira pela contribuição, tanto para este trabalho quanto por me cederem recursos imprescindíveis para a finalização desse ciclo.

Aos meus amigos que fizeram parte da minha rotina desde que ingressei no Curso de Biblioteconomia e mais especificamente no NEDHEL: Mayra Cristhine dos Santos Cabral, Andreia Monteiro Carvalho, Tátilla Oliveira Barroso, Phellype Kássio Barbosa da Silva, Rita de Cássia Furtado Pajaú, Joerberth Reis Machado, Luciana Nathália Morais Furtado, Almicéia Larissa Diniz Borges, Josivan Costa Coelho. Muito obrigado pelas experiências e pelo companheirismo.

A todos os Professores do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão por contribuírem de diversas formas para o meu crescimento pessoal, profissional e intelectual; certamente sem sua colaboração não seria hoje o mesmo.

A Jarina Serra Santos pelo apoio incondicional, companheirismo, generosidade, motivação nas horas difíceis e acima de tudo ao amor que me concedeu partilhar ao qual não tenho meios para agradecer.

Muito Obrigado a todos por tudo!

RESUMO

Analisa a cultura material escolar no *Lyceu Maranhense* por meio das notícias veiculadas nos jornais *O Publicador Oficial (1831-1841)* e o *Publicado Maranhense (1842-1885)* no período de 1835 a 1885. Surgiu de duas investigações realizadas pelo Núcleo de Estudos Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL): *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (1840 - 1930)* e *O Liceu como Instituição Escolar de Formação do Pensamento Intelectual e Cultural do Maranhão no Período Imperial (1838 - 1889)*. Objetiva analisar os discursos sobre os processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos objetos escolares que contribuíram com a história e a dinâmica desta instituição formadora de intelectuais maranhenses no oitocentos. Identifica e indexa os discursos referentes à cultura material escolar no *Lyceu Maranhense* segundo a sua natureza, nível de permanências e ausências dos registros nos jornais e propomos uma categorização dos objetos e espaço físico da referida instituição. A pesquisa é de cunho documental realizada junto a esses periódicos da imprensa maranhense que foram selecionados no “Catálogo de jornais maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007”. Utiliza como fundamentação teórico-metodológica a História Cultural em seus três elementos indissociáveis e as técnicas da Biblioteconomia de indexação para a análise de assunto para o trato com as fontes cujas categorias foram “Prédio escolar”, “Materiais visuais, sonoros e táteis” e “Livros e Revistas escolares” dos quais recuperamos termos como “reformas”, “acomodações”, “instalação”, “obras”, “armários para chapéus”, “Porta-modelos, banquinho e taboa”, “jogo de globos”, “fornecimento de objetos” e “móveis” além de identificarmos uma série de livros e compêndio utilizados na instrução pública. Conclui que a materialidade escolar do *Lyceu Maranhense* se dava através de várias dimensões influenciando a instrução pública da Província seja por meio da aprovação ou rejeição dos objetos submetidos a Congregação do Lyceu, seja pela venda de objetos ao estabelecimento ou pela compra de prédios que servissem ao funcionamento desta escola, ou ainda na influência exercida pelos professores da instituição enquanto divulgadores desta materialidade que pode ser aprendida nos jornais.

Palavras-chave: Liceu Maranhense. Cultura material escolar. Imprensa Periódica. História Cultural. Processo Indexatório.

ABSTRACT

It analyzes the school material culture in the *Lyceu Maranhense* through the news published in the newspapers O Publicador Official (1831-1841) and the published Maranhense (1842-1885) in the period from 1835 to 1885. It arose from two investigations carried out by the Núcleo de Estudos Documentação em History of Education and Practical Readers (NEDHEL): Culture School Material: the school and its artifacts (1840 - 1930) and The Liceu as a School Institution for the Formation of Intellectual and Cultural Thought of Maranhão in the Imperial Period (1838 - 1889). It aims to analyze the discourses about the processes of production, indication, approval, distribution and use of school objects that contributed to the history and dynamics of this institution that formed the Maranhão intellectuals in the 19th century. It identifies and indexes the discourses related to the school material culture in the *Lyceu Maranhense* according to its nature, level of permanence and absence of the records in the newspapers and propose a categorization of the objects and physical space of said institution. The research is documented with those newspapers of the Maranhão press that were selected in the "Catalog of Maranhão newspapers of the Benedito Leite Public Library: 1821-2007. It uses as a theoretical-methodological foundation the Cultural History in its three inseparable elements and the techniques of Indexing Librarianship for the analysis of subject for the treatment with the sources whose categories were "School building", "Visual materials, sonorous and tactile" and " Books and School Magazines "from which we retrieve terms such as" renovations ", " accommodations ", " installation ", " works ", " hat cabinets ", " Model holders, stools and taboos ", " of objects "and" furniture "besides identifying a series of books and compendium used in the public instruction. It concludes that the school material of the *Lyceu Maranhense* occurred through various dimensions influencing the public education of the Province either through the approval or rejection of the objects submitted to the Congregation of the Lyceu, either by the sale of objects to the establishment or by the purchase of buildings that served the functioning of this school, or even the influence exerted by the teachers of the institution as disseminators of this materiality that can be learned in the newspapers.

Key words: Liceu Maranhense. School material culture. Periodical Press. Cultural History. Indexing Process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Publicador Oficial	37
FIGURA 2 - Lei de criação <i>Lyceu Maranhense</i>	39
FIGURA 3 - Publicador Maranhense	40
FIGURA 4 - Prêmio do <i>Lyceu Maranhense</i>	62
GRÁFICO 1 - Colunas do Publicador Maranhense que Tratam do Lyceu.	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Prédio escolar n'º Publicador Oficial	48
QUADRO 2 - Prédio escolar do <i>Lyceu Maranhense</i> - 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a fases.....	59
QUADRO 3 - Temas relacionados aos Materiais Visuais Sonoros e Táteis	65
QUADRO 4 - Lista dos livros identificados no Publicador Maranhense (1844-1884)	69
QUADRO 5 - Cultura material relacionado à categoria Livros e Revistas escolares.	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO <i>LYCEU MARANHENSE</i> : início de um percurso	22
3	A IMPRENSA OFICIAL MARANHENSE OITOCENTISTA: a procura de um discurso.....	33
3.1	O Publicador Oficial	35
3.2	Publicador Maranhense: Jornal do commercio	39
4	O <i>LYCEU MARANHENSE</i> NA IMPRENSA: objetos e usos da materialidade escolar	45
4.1	Prédio escolar	46
4.2	Materiais Visuais, Sonoros e Táteis.....	59
4.2	Livros e Revistas escolares	65
5	CONCLUSÃO.....	71
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A - Tabela de frequência do Publicador Maranhense (1841 – 1885).....	78
	APÊNDICE B - Tabela de frequência do Publicador Oficial (1838 – 1841).....	80

1 INTRODUÇÃO

A proposta de investigar a *Cultura Material Escolar no Lyceu Maranhense*¹ por meio das representações inscritas nos discursos da imprensa periódica local entre os anos de 1838 a 1885 surgiu a partir da minha inserção nos projetos de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL)², onde venho desenvolvendo atividades como bolsista de Iniciação Científica em projetos financiados pelo CNPq, sendo este trabalho resultante de duas pesquisas que são realizadas pelo núcleo.

O projeto *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (1840 - 1930)*, estimulou meu interesse pelo estudo dos materiais escolares que fazem parte da instrução, constituindo eles a ideia atual de escola, como espaço e materiais próprios. Neste sentido, o amadurecimento do tema foi ocorrendo ao longo do desenvolvimento das pesquisas e culminou com a proposta de investigar a materialidade escolar nesse estabelecimento.

Estudar o *Lyceu Maranhense* e sua influência na escolarização da província no oitocentos é objeto de outro projeto desenvolvido pelo NEDHEL no âmbito da história da educação intitulado *O Liceu como Instituição Escolar de Formação do Pensamento Intelectual e Cultural do Maranhão no Período Imperial (1838 - 1889)*. Desta forma, a intercessão dessas duas pesquisas possibilitou apontar o tema deste trabalho e o investimento em estudar a história dessa instituição de importante representação no Maranhão oitocentista como formadora de intelectuais. Também estão inseridos nestes dois projetos os alunos de iniciação científica Andréia Carvalho que ao dissertar em sua monografia sobre *Os Livros adotados no Liceu Maranhense pelas linhas do jornal Pacotilha (1889 - 1930): uma análise a partir da Cultura Material Escolar* se remete à sua ação de escolarização no período republicano bem como Mayra Cabral que em *Os Órgãos estudantais liceístas (1889 - 1900)* faz do *Lyceu Maranhense* campo de inúmeros questionamentos e reflexões.

Nossa problemática consiste em verificar em que medida as representações sobre o *Lyceu Maranhense* expressas na imprensa periódica tendo como fonte de

¹ Nas fontes existem diversas variações para designar a instituição, tais como: Licêo, Lyceo, Liceu, Lyceu e Lycêo, optamos por nos referirmos ao Lyceu Maranhense da forma mais utilizada pelos jornais.

² O NEDHEL foi criado em 2005 e objetiva desenvolver estudos, pesquisas e produzir inventários sobre História da Educação, História do Livro e da leitura no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação e História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

análise *O Publicador Official (1831-1841)* e o *Publicador Maranhense (1842-1885)* contribuíram nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos objetos escolares que nortearam a história e a dinâmica desta instituição como formadora de intelectuais do período de 1838 a 1885? É pertinente deixar claro que a influência do *Lyceu Maranhense* foi perceptível na aprovação e uso dos objetos escolares, sobretudo no que se refere aos livros escolares principalmente por meio das ações da Congregação dos professores desta instituição.

A partir deste problema estabelecemos as seguintes questões norteadoras:

- Como os discursos expressos nas fontes possibilitam compreender os artefatos da cultura material escolar na instituição?
- Quais foram os sujeitos envolvidos na produção dos jornais e qual foi a natureza das relações mantidas com o *Lyceu Maranhense*?
- Quais os objetos da cultura material contribuíram para a escrita da história desse estabelecimento de ensino?
- De que modo o processo de indexação auxilia na análise das fontes históricas?

A partir desses questionamentos, analisar as representações sobre o *Lyceu Maranhense* expressas na imprensa periódica, bem como, compreender as formas de contribuição desses discursos nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos objetos escolares que nortearam a história e a dinâmica desta instituição como formadora de intelectuais do período de 1838 a 1885 se constitui no objetivo geral deste trabalho.

Essas representações podem ser identificadas nas críticas, nos anúncios, nas matérias, nas leis e nos demais discursos publicados pelos jornais onde esta instituição aparece; ou seja, é possível conhecer o que se pensava desse estabelecimento por meio das informações veiculadas pela imprensa, neste nosso caso, n' *O Publicador Official* e no *Publicador Maranhense*.

Verificar como a garimpagem dos discursos expressa nas fontes possibilitou compreender os artefatos da cultura material escolar no *Lyceu Maranhense*, uma vez que as representações do mundo, embora pretendam ser universais, sempre são fruto dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1988). O período em que a pesquisa foi realizada nos jornais coincide com o movimento de modernização das casas de impressão maranhenses (SERRA, 2001) e, deste modo entender de que forma se organizam os jornais utilizados também faz parte do processo de compreensão dos discursos, possibilitando lançar olhar sobre os artefatos escolares, por meio das

estratégias utilizadas para a veiculação das notícias que expressam os interesses dos envolvidos.

Identificar os sujeitos envolvidos na produção dos jornais que constituem nossas fontes e suas relações com o *Lyceu Maranhense* se constitui em nosso segundo objetivo específico, pois também as apropriações destes sujeitos com relação à escolarização constituem objeto desta pesquisa no sentido de traçar uma história social das interpretações, nas suas determinações fundamentais e nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1988). Não se trata apenas de listar os objetos que faziam parte da cultura material escolar desta instituição, trata-se, de identificar a partir de quais relações brotam os aspectos materiais da escola na realidade maranhense do oitocentos. Por outro lado, mapear os objetos da cultura material que contribuíram para a escrita da história do Lyceu, uma vez que estes artefatos constituem vestígios da circulação de ideias pedagógicas e indicadores de práticas (SILVA; PETRY, 2013) é nosso terceiro objetivo; por este motivo torna-se necessário a compreensão dos materiais escolares e, mais do que isso, o entendimento dos discursos, suas intencionalidades e a relação presente entre discurso e objeto escolar.

Compreender o processo de indexação na análise das fontes históricas adotadas na pesquisa como último objetivo a ser atingido é preciso, já que antes da realização de qualquer processo de trato documental é necessário estar seguros sobre o assunto de que o documento trata (LANGRIDGE, 2006). Desta forma para a apreensão do conteúdo das fontes documentais, neste caso *O Publicador Oficial (1831-1841)* e o *Publicado Maranhense (1842-1885)* nos servimos da indexação, não como uma simples técnica de determinação de assuntos, mas como forma de sistematização e organização das informações, tornando possível a compreensão das notícias tratadas nos jornais e também dos contextos dos documentos através dos assuntos veiculados.

Nessa lógica, para o alcance destes objetivos, fez-se necessário identificar na garimpagem das fontes os discursos referentes à cultura material escolar necessária aos estabelecimentos de ensino. Dessa forma, partimos para a leitura e pesquisa nos jornais escolhidos a fim de identificar as informações divulgadas sobre a materialidade escolar do Lyceu utilizando a técnica de indexação; ou seja, atribuindo os termos pertinentes que possibilitassem classificá-los em subcategorias sobre a cultura material dessa escola.

Essa classificação só foi possível após a análise dos discursos inscritos nos jornais sobre a instituição em foco e a sua adequação com a categorização dos objetos escolares apresentada por Castro (2009). Nossa categorização, portanto, foi realizada tendo em mente a natureza dos objetos escolares e o espaço escolar do *Lyceu Maranhense* com base nos jornais pesquisados e o nível de permanências e ausências dos registros no suporte, auxiliados nos conhecimentos da área de Biblioteconomia, tais como a análise de assunto, a leitura técnica do documento e as técnicas de indexação.

A abordagem teórico-metodológica que nos embasa na realização deste estudo é a História Cultural conforme as definições de Chartier (1988) e Pesavento (2012), que nos ajudaram a entender conceitos basilares desta investigação tais como: representação, prática e apropriação. Esta abordagem é pautada na definição de Chartier (1988, p. 16-17) na qual “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” Dessa forma, a História Cultural nos permitiu entender a cultura material escolar no *Lyceu Maranhense* durante o período oitocentista e como esta realidade social se construiu, foi pensada e como ela chega aos dias atuais por meio das fontes documentais.

Para o entendimento de representação utilizamos a definição de Chartier (1988, p. 17), o qual argumenta que “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. Deste modo, embora as visões sobre a cultura material escolar possam, a princípio remeter para diagnósticos que visam ser universais a respeito dos conceitos utilizados sobre a temática, os jornais tratados na pesquisa trazem consigo as intenções dos sujeitos que ocupam posições diversas e por vezes opostas no convívio da sociedade maranhense no oitocentos. No mesmo sentido, a representação para Pesavento (2012, p. 40) “[...] envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”, na medida em que os sujeitos buscam o tempo todo elaborar as representações do mundo que o cerca e o fazem nas diversas atividades de seu cotidiano. Dessa forma, dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre sua realidade.

O termo representação ainda traz consigo diversas noções, dentre elas as de presença, substituição, por vezes, dando a ver uma coisa ausente, outras afirmando a presença pública de algo ou alguém; ou seja, é possível afirmar que surge “[...] das

classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1988, p. 27). Destarte, para entendermos o grau de representação do espaço escolar neste estabelecimento será preciso compreender quais classificações e delimitações são utilizadas por diferentes sujeitos e, a partir das diferenças entre elas, quais configurações sociais estão presentes nos jornais.

A história cultural conforme Chartier (1988 apud CARVALHO; NUNES, 1993) analisa o objeto segundo três elementos indissociáveis. O primeiro que corresponde à história dos objetos na sua materialidade nos permite traçar a história da cultura material escolar dessa instituição, capturando-a em sua forma, estrutura, dispositivo e frequência. A forma trata de como as informações aparecem nas fontes. Quanto à estrutura são as posições e os espaços oferecidos pelo jornal para as discussões ao respeito. O dispositivo é o veículo utilizado pelo jornal para tratar do *Lyceu Maranhense*; isto é, quais as colunas ou cadernos dos jornais mencionam a instituição e com qual intencionalidade. A frequência captura na fonte o que permanece, o que desaparece e o que é intermitente em termos de informações, avisos ou temas tratados nos jornais a respeito da instituição e de sua materialidade. Esta história da materialidade é feita no sentido de entender os espaços cedidos, a importância dada e as intenções dos jornais em tratar do *Lyceu Maranhense*.

O segundo eixo da História Cultural consiste na história das práticas nas suas diferenças, centrando o olhar sobre os sujeitos que estavam de alguma forma envolvidos com a materialidade escolar do Lyceu, entre eles, os fornecedores de objetos, professores, alunos e escritores de livros que pudemos identificar nos jornais, bem como as intenções, interesses e opiniões dos jornais na divulgação das informações referentes ao *Lyceu Maranhense*; ou seja, a pergunta bourderiana do que fizeram os sujeitos com o mesmo objeto que lhe foi imposto, neste caso, a instituição em foco.

O terceiro elemento da História Cultural é a história dos objetos na sua materialidade e a história das práticas nas suas diferenças numa maneira mais geral de compreender, as formações sociais, as armaduras conceituais e as mudanças nas estruturas psíquicas em suas variações históricas. No que se refere às formações sociais são as posições, cargos dos sujeitos envolvidos nesse processo, bem como as relações que traçaram e que influenciaram nas decisões tomadas referentes aos usos dos objetos e espaços identificados durante a pesquisa e ainda a veiculação

dessa informação. Quanto às armaduras conceituais são as ideias, modelos e conceitos nos quais estão pautados os critérios para a utilização, a aprovação e compra dos objetos e das acomodações da instituição. As mudanças nas estruturas psíquicas se referem às inúmeras tentativas de mudanças curriculares, de livros adotados, de programas implementados, de prédios em construção, dentre várias outras, que foram se modificando à medida que os ideais de educação foram renovando-se ou repensando-se.

A metodologia teve como base o corpus documental dos jornais que utilizamos como fonte. Portanto nesta pesquisa de cunho documental a seleção dos periódicos foi realizada junto ao *Catálogo de jornais maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*, no qual foram escolhidos os seguintes periódicos: *O Publicador Oficial (1831-1841)* e o *Publicado Maranhense (1842-1885)*. As fontes encontram-se digitalizadas no site da Biblioteca Nacional³. Desta forma, realizamos todo o levantamento exclusivamente em meio eletrônico. A escolha das fontes priorizou-se o período de publicação, sua duração e tipo do jornal, tendo em vista que muitos desses impressos tiveram um curto período de existência.

Depois da seleção dos jornais, demos início aos trabalhos com as fontes e em decorrência da extensão da documentação optamos por utilizar o buscador deste site e pesquisamos termos como: Lyceu, Licêo, Liceu e outras variações a fim de identificar notícias sobre o *Lyceu Maranhense* que foram capturadas por meio do software de edição de imagens *Shock Snap* e organizadas em um arquivo eletrônico onde cada notícia é nomeada de acordo com a edição do jornal, o número da página em que aparece e a coluna de onde essa notícia foi retirada sendo arquivada em uma pasta corresponde à categoria de análise da pesquisa.

Como técnica de análise de conteúdo nos servimos da indexação para a extração e sistematização das informações presentes nos Jornais *O Publicador Oficial (1831-1841)* e o *Publicador Maranhense (1842-1885)*, a fim de categorizá-las e determinar os assuntos das notícias identificadas e recuperar as informações referentes à instituição em estudo, já que “o processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como ‘análise de assunto’ para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo.” (NAVES, 1996, p. 215). Ou seja, a indexação é uma técnica utilizada

³ Ver: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

principalmente por profissionais da área de Biblioteconomia para representar o conteúdo de um documento por meio de termos que irão posteriormente permitir a recuperação das informações contidas neles.

Segundo as orientações de Lancaster (2004, p. 18):

A análise conceitual, em primeiro lugar, implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto. Tradução, a segunda etapa da indexação de assuntos, envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação. A esse respeito, faz-se uma distinção entre indexação por *extração* [...] e indexação por *atribuição*.

Para realização desta indexação foi necessário compreender os jornais enquanto um tipo documental com características específicas, pois são documentos históricos, com termos e regras ortográficas próprias da época; os quais possuem uma linguagem rebuscada e elaborada na intenção de parecerem cordiais e convencer quem os lesse, seja nas opiniões, seja nas discussões de assuntos de interesse público. Por outro lado era a forma de ressaltar o caráter oficial de suas publicações, uma vez que tinham como proposta serem órgãos oficiais, os quais abordavam uma variedade de assuntos que dizem respeito ao entretenimento, comércio, propaganda, administração pública, entre outros.

A identificação dos assuntos tratados nestas fontes é de suma importância, pois de acordo com Langridge (2006, p. 106) “[...] antes de podermos usar qualquer esquema de classificação ou construirmos qualquer entrada de índice para um documento devemos estar seguros sobre o assunto de que o documento trata”. Para a realização da categorização relacionada à cultura material da escola presentes nestes documentos foi necessário compreender estes aspectos.

Em que pese, o trabalho com as fontes nesta pesquisa exigiu o estudo de suas características para decidir de que forma se daria nossa análise, pois a Norma Brasileira - NBR 12676 - determina os métodos para a análise de documentos e a seleção de termos de indexação segundo três etapas: o exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo, a identificação dos conceitos presentes no assunto e a tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). Antes da leitura dos jornais fizemos um levantamento no site da Biblioteca Nacional para identificar todas as edições dos mesmos no sentido de direcionar nossa investigação aos anos que pudessem nos oferecer maiores informações sobre o nosso objeto. Esse processo

nos foi útil especificamente no jornal *O Publicado Oficial (1831-1841)*, uma vez que este periódico se inicia muito antes da criação do Lyceu na Província do Maranhão que se deu em 1838 e por este motivo não utilizamos todas as suas edições. Sendo assim, nossa análise se iniciou na edição nº. 632 com a publicação da Lei n.77 de 24 de julho de 1838 que cria esta instituição.

É precisamente neste ponto que nos utilizamos das técnicas da indexação para analisar as notícias, já que todas as informações presentes nos arquivos eletrônicos foram lidas e organizadas em tabelas que contêm as notícias transcritas individualmente, separadas por colunas, edições e assuntos tratados. O tema de cada registro é determinado por meio da análise do assunto que “[...] é a operação base para todo o procedimento de recuperação de informações, e para alcançar o [conteúdo] de um documento” (CESARINO; PINTO, 1980, p. 32), sendo a partir da tematicidade das notícias, definidas nesse processo, que faremos a categorização da cultura material do *Lyceu Maranhense* segundo os assuntos das notícias e a natureza dos objetos escolares tratados no corpo das mesmas.

Este trabalho está estruturado em três partes. Na primeira sessão tratamos das definições e contextualizações a respeito da cultura material escolar; categoria principal desta pesquisa e do *Lyceu Maranhense* enquanto instituição de ensino representativa dos ideais e anseios da elite maranhense a fim de apontar as possibilidades de pesquisa que a materialidade escolar fornece para uma história desta instituição de ensino e trazer um panorama do ensino secundário brasileiro no oitocentos, o qual foi marcado por iniciativas governamentais mal acolhidas pela população.

A segunda sessão é destinada à caracterização dos Jornais *O Publicador Oficial e Publicador Maranhense* com o intuito de identificar os sujeitos envolvidos com essas publicações, entender suas propostas editoriais, as relações estabelecidas com pessoas ligadas ao estabelecimento e as intencionalidades implícitas em cada publicação que diz respeito a esta escola. O *Publicador Oficial* encarregado do expediente do Governo provincial propunha-se a divulgar as ações do poder público, enaltecendo-a sempre que possível e escondendo os problemas sofridos pela população; prática jornalística que o transforma no principal elogiador do *Lyceu Maranhense* e de suas acomodações minimizando as críticas ao Convento do Carmo e a suas instalações. Quanto ao *Publicador Maranhense* sua proposta é defender os ideais de segmentos definidos da sociedade maranhense, definindo-se como o “Jornal

do Comercio” e constituindo-se um tema que estava sempre entre suas páginas, não poupando o governo das críticas e das reclamações que eram constantes em se tratando de Lyceu.

Na terceira seção apresentamos nossa categorização da cultura material do *Lyceu Maranhense* com vistas a traçar uma história da instituição por meio de um quadro geral desta temática tratando de categorias específicas, a saber, o *Prédio escolar*, *Materiais visuais sonoros e táteis* e *Livros e Revistas escolares*. No que se refere ao prédio escolar pudemos dividir a trajetória do estabelecimento em três momentos distintos que dialogam com a própria trajetória do Lyceu. O primeiro deles em 1838 e 1839 ocorrido entre a criação e a inauguração da instituição no Convento de Nossa Senhora do Carmo, época marcada por improvisos e arranjos no tocante ao estabelecimento das aulas. A segunda fase está situada entre 1844 e 1849, período entre os quais encontramos notícias nos jornais referentes ao prédio escolar, caracterizado também como de maior normalidade quanto à administração do edifício marcado por poucas mudanças e algumas críticas às instalações do mesmo. A terceira fase, a partir de 1851 é marcada pelas discussões em torno da mudança do Lyceu para outro prédio e culmina na transferência do mesmo para a Rua de São Pantaleão nº 39.

No que refere à categoria Materiais Visuais, Sonoros e Táteis as notícias possibilitaram identificar dentre outras coisas, os fornecedores dos objetos para o estabelecimento, a forma como eram adquiridos os objetos de ensino por meio de concorrência pública e a necessidade de materiais didáticos e de mobiliário para as aulas. Quanto aos Livros e Revistas escolares conseguimos encontrar uma série de obras escritas por autores maranhense dos quais alguns eram professores da instituição, além de identificar as relações traçadas entre imprensa periódica, os professores/escritores e a Congregação do Lyceu que formavam uma teia de influência quanto aos aspectos materiais referentes à adoção de obras para o ensino.

Nessa direção, acreditamos que o estudo da cultura material escolar do Lyceu através da indexação das notícias presentes nos impressos que constituem nossas fontes contribui com a construção de um conhecimento interdisciplinar onde estão imbricados a História da Educação e a Biblioteconomia possibilitando a compreensão não apenas do objeto aqui estudado senão das fontes que possibilitaram a construção deste estudo. Esta pesquisa possibilitou, para além dos conhecimentos adquiridos com relação a cultura material do *Lyceu Maranhense*, a possibilidade de unir

conhecimentos acumulados ao longo do curso de Biblioteconomia desta universidade e os conhecimentos adquiridos com as pesquisas realizadas junto ao NEDHEL.

A possibilidade de juntar as técnicas de análise de assunto, análise temática da informação e a indexação à metodologia da História Cultural nos possibilitou trabalhar o tempo inteiro em meio às duas áreas complementares e interdisciplinares. Sendo assim o principal avanço a ser alcançado com esta pesquisa é de que ela abre caminho para uma possível ampliação do tema, estendendo a pesquisa a outras fontes, e unindo técnicas de recuperação da informação consultadas de forma interdisciplinar para trabalhar as fontes de qualquer natureza com novos olhares. Isto é, a visão de uma história interdisciplinar sobre o tema *Lyceu Maranhense* se insere nas pesquisas sobre esta temática e abre horizontes para estes dois campos de investigação.

2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO *LYCEU MARANHENSE*: início de um percurso

As primeiras iniciativas governamentais voltadas para a criação de instituições escolares no Brasil oitocentista começaram a surgir a partir de 1808 com a vinda da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, trazendo consigo parte da população do Portugal. A partir daí surgiu a necessidade de aparelhamento da colônia que se deu por meio da criação de diversas instituições que servissem para a organização e administração local tais como Biblioteca Real, Museu Real, Jardim Botânico, Tipografia Real, Academia de Belas Artes, faculdades de medicina (uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia) e Academia de Guardas-Marinha (RIBEIRO, 2006).

Após a independência do Brasil em 1822, e com a outorga da Constituição de 1824, ficou garantido a todos os cidadãos o direito a instrução primária conforme o Título 8, art. 179 § 32 da dita carta magna (BRASIL, 1886). Contudo, a fragilidade dessa lei consistia no fato de não serem apresentadas as condições em que as aulas de primeiras letras ocorreriam e nem abordava a criação de escolas nesse sentido. Com esse intuito foi sancionada em 15 de outubro de 1827⁴ a primeira Lei Orgânica sobre educação no país mandando criar escolas de primeiras letras em todas as vilas e povoações do Império (ARRAIADA, 2007). No entanto, a preocupação em organizar um sistema nacional de ensino surge a partir do Ato Adicional de 1834, que segundo Fausto (2010, p. 87)

[...] fez adições e alterações à constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembléias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.

Esta lei também continha disposições a respeito da educação das províncias que não ficaria mais a cargo do poder imperial, segundo Silva (2015, p. 36) o “Ato Adicional de 1834 [...] Estabelecia como responsabilidade das províncias Instrução das Primeiras letras e do Ensino secundário, deixando o ensino superior sob a responsabilidade do Império.”. Neste sentido, não houve aceitação dessa determinação por parte das províncias que não estavam preparadas para dar conta desta nova atribuição imposta pelo Império. Portanto, a disseminação do ensino público sem o investimento na criação de escolas ou na formação de professores, medidas sempre à frente das reais condições do País recém-emancipado ou

⁴ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827.

centradas em realidades estrangeiras (SILVA, 2015) não implicaram em reais melhorias no ensino público imperial pelo fato de não haver um planejamento centrado nas realidades locais do país.

Conforme Fausto (2010, p. 89) “Após o ato adicional, ocorreram a Cabanagem no Pará (1835-1840), [...] a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1840) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845)”, revoltas que aconteceram, em geral, pela não aceitação das determinações governamentais.

O Ato Adicional de 1834 não foi propriamente uma lei de educação, porém ao descentralizar o poder imperial e dar maiores poderes as Assembleias provinciais tornou possível para as províncias legislarem sobre diversos temas, dentre eles a educação. Tal lei trouxe consigo também o surgimento dos Liceus em diversas províncias a exemplo do Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia e o da Paraíba em 1836 e a criação do colégio Dom Pedro II em dezembro de 1837. Sobre este último Valois (2012, p. 6) informa que era um

Colégio com seu estatuto organizado com base nos estatutos de liceus europeus, principalmente os franceses, foi criado como padrão a ser seguido por todas as demais instituições de educação secundária do Império, logo não era apenas um colégio, mas a autoridade legítima e legitimadora das diretrizes orientadoras dessa etapa do ensino.

É nesse contexto que foi sancionada pelo presidente da província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo a Lei nº 77 de 24 de julho de 1838, que criou o *Lyceu Maranhense* na cidade de São Luís, esta lei instituiu, dentre outras coisas, as disciplinas que deveriam ser ministradas, definia os dias das aulas, férias e os feriados; além de apresentar os critérios para a aquisição de utensílios escolares, nomeação de professores, inspetores e demais funcionários e a orientação para a construção, adequação ou reforma do prédio. (CASTRO, 2009). Essa instituição de ensino tinha como finalidade educar seus alunos através do ensino moderno, voltado para as línguas⁵, o ensino literário⁶ e o científico⁷ com o intuito de ser preparador para o ensino superior, mais especificamente dos filhos de famílias abastadas do Maranhão que, ao término dos sete anos do curso na instituição, ingressavam no ensino superior, ou nas universidades europeias, notadamente em Portugal e França, ou nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia; e de direito em Olinda e São

⁵ Línguas Grega, Latina, Francesa, Inglesa. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838).

⁶ Retórica e Poética, gramática filosófica da Língua, e análise dos nossos clássicos. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838).

⁷ Filosofia Racional e Moral, Geografia e história, Algebra, Cálculo Mercantil, trigonometria esférica, entre outras disciplinas. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838).

Paulo mediante exames de preparatórios. Conforme Valois (2012, p. 6) “Sob a pressão da classe dominante [...] os liceus e colégios de educação secundária foram aos poucos se transformando em meros cursos preparatórios para o ensino superior existente.”.

A intencionalidade de preparar para o ensino superior é uma constante entre todos os liceus provinciais, pois estas instituições eram pensadas para suprir a necessidade das famílias ricas e de acordo com as normas ditadas pelo Colégio Dom Pedro II, Ribeiro (2006) trata deste tema analisando o currículo inicial do Lyceu cujas cadeiras englobavam o curso de marinha e de comércio, porém estes cursos foram suprimidos rapidamente, pois não eram exigidos para o ingresso no ensino superior e, portanto não era função da escola ministrá-los.

O curso ministrado pelo *Lyceu Maranhense* tratava-se de uma reunião das diversas aulas avulsas secundárias que eram ministradas de forma isolada e não institucionalizada no interior da província, com a intenção de sistematizar e desfragmentar o ensino secundário. Esta iniciativa trouxe consigo toda uma demanda por materiais que eram imprescindíveis para seu funcionamento, nesse contexto os aspectos materiais próprios da escolarização tornam-se objeto importante para compreender a dinâmica da instrução e férteis em discussões no que se refere à imagem da instituição como formadora de intelectuais, e também no que diz respeito a como o poder imperial determinava o modelo de escola ideal e moderna no que tange a materialidade escolar.

Neste sentido, a cultura material escolar está especialmente ligada ao espaço escolar; aos objetos inseridos no processo educacional, bem como, as práticas realizadas pelos professores e alunos. Nessa perspectiva “[...] o uso, na escola, de artefatos como cadernos, lápis, livros didáticos, lousas, carteiras, são exemplos da necessidade de pensar articuladamente forma escolar e materialidade” (PERES; SOUZA, 2011, p. 55). Tomando como base essa afirmativa, entendemos o termo cultura material como o definido por Souza (2007, p. 169), sendo o

[...] conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infra-estrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros.

Os artefatos necessários para a efetivação do ensino podem ser chamados de artefatos escolares, materiais escolares, objetos escolares, utensílios escolares,

materiais didáticos, materiais auxiliares, recursos de ensino (SOUZA, 2007) entre outras categorias que indistintamente poderão ser utilizadas segundo as práticas e apropriações dos sujeitos que partilham do mesmo sistema educacional, neste sentido, “[...] o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas” (SOUZA, 2007, p. 177), assim as práticas e as normas também tendem a definir esse espaço e prática dos diferentes sujeitos que, por sua vez, geram a apropriação dos mesmos acerca dos conceitos e dos modelos que lhes eram postos pelo governo.

Esses objetos constituem a cultura material escolar das escolas subvencionadas pelo governo. Procuramos investigar o espaço escolar do *Lyceu Maranhense* para compreender como esses objetos, por se tratarem de artefatos necessários para o funcionamento da escola, eram abordados na imprensa do período oitocentista caracterizada como um espaço privilegiado das discussões de assuntos caros à Província. Sendo assim, para Castro e Castellanos (2013, p. 179) a cultura material escolar é entendida como “[...] um conjunto de objetos utilizados no cotidiano, nos diferentes espaços-salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros que contribuía no processo de ensino e de aprendizagem e na administração dessas instituições”, podendo ser incorporados em diversos ambientes de escolarização, constituindo-se útil para a efetivação do processo de ensino aprendizagem.

A pesquisa dirigida aos espaços e materiais da escola precisa ser feita tendo em mente que

Estudar o conceito de Cultura Material implica tratar os múltiplos significados dos objetos, para além de sua estrutura técnica e de sua função, buscando compreendê-los através das relações de que fazem parte, e das diversas manifestações instauradas na vida escolar, tais como: fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, agir, dizer... (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68).

Ainda nesse sentido, Rede (1996, p. 1) afirma que “O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões compartilhando de suas naturezas, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições”. Não se trata, portanto, de investigar apenas os aspectos físicos da materialidade, do espaço e do mobiliário escolar, interessa-nos, principalmente compreender as relações sociais traçadas através desses materiais nesses lugares de ensino.

Dessa forma, de acordo com Meneses (1983) a Cultura Material interfere de forma decisiva na produção e reprodução social, fato do qual temos noção

fragmentada e descontínua. Os artefatos não constituem apenas produtos, mas vetores de relações sociais. Não significa apenas identificar quadros materiais de objetos, estruturas ou espaços, mas sim de entender o fenômeno complexo de apropriação social de partes da natureza física e, mais ainda, de apreender a dimensão material da vida social.

Como afirmam Peres e Souza (2011, p. 55). “A cultura material escolar estar enraizada na forma escolar de educação, como por exemplo, no uso na escola, de artefatos culturais, tais como, carteiras, louças, lápis, cadernos, livros didáticos entre outros.” esses materiais são necessários nas escolas, na medida em que o ensino se torna uma prioridade. No entanto, a noção de cultura material implicará não só em conhecermos os objetos mais concretos do cotidiano escolar, mas, e com importância igual, em tentar desvendar as formas diversas de apropriações desses artefatos pelos agentes inseridos no contexto educacional.

A partir desse entendimento, vale investigar os sujeitos envolvidos com o dia-a-dia do *Lyceu Maranhense* a partir de 1838, época de sua criação, por exemplo, os professores que constituíam um núcleo de ilustres letrados maranhenses e tinham o encargo de, além de ministrar as aulas nesse estabelecimento, conduzir a implantação desta instituição na província. Fernandes (1929, p. 230) nos auxilia na medida em que apresenta a lista dos letrados que compunham o primeiro quadro de docentes do *Lyceu Maranhense*, são eles o:

Diretor Francisco Sotero dos Reis cadeira de Língua Latina.
 Lente Frederico Magno de Abranches – Filosofia Racional e Moral.
 Lente Eduardo Freitas da Cadeira de Rhetórica e Poética.
 Lente Antonio Costa Duarte, Cadeira de Gramática Filosófica da Língua.
 Lente Nicolau Adon, a Cadeira de Língua Grega.
 Lente Francisco Raymundo Quadros, Cadeira de Língua Francesa.
 Lente João Leocádio de Melo, Cadeira de Desenho Civil.
 Lente João Nepomuceno Xavier de Brito, Cadeira de Aritmética, Geometria e Álgebra.
 Lente Estevão Raphael de Carvalho, Cadeira de Comércio.
 Lente Justino Damaro de Sadanha [...]
 Lente Antonio Jansen do Paço, Cadeira de Inglês.

Os professores do *Lyceu Maranhense* constituíam intelectuais com papéis importantes e variados na sociedade, muitos deles eram escritores de obras escolares que inclusive foram adotadas no próprio Lyceu, editores de jornais de grande circulação no Maranhão, outros ocuparam cargo de Inspetor da Instrução Pública Provincial entre outras posições importantes exercidas. Um dos professores mais atuantes na vida pública do Maranhão oitocentista foi Francisco Sotero dos Reis,

primeiro diretor do *Lyceu Maranhense*, esse ilustre letrado ocupou ainda o cargo de inspetor da instrução, e foi autor de diversas obras literárias e escolares.

Era preciso implantar uma instituição de ensino secundário no Maranhão que atendesse aos padrões ditados pelo Colégio Dom Pedro II e que formasse a elite letrada que levaria adiante a tradição literária maranhense. No entanto, a realidade era que o fato dos professores constituírem um núcleo de intelectuais no Maranhão não significou que a instalação desta instituição na província foi feita de forma ideal ou facilitada. A escola constitui um lugar de memória que consiste e, de acordo com, Pirre Nora *apud* Bencotta (2013, p. 22) num

[...] local material ou imaterial no qual se cristaliza as memórias de uma nação e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo, fomos surpreendidos com a necessidade de compreendê-la como parte de um conjunto de representações e linguagens semânticas construídas e manifestadas no tempo e no espaço histórico.

Apesar de gozar de uma economia forte representação nesse período, devido ao comércio fluente da cana de açúcar e do algodão⁸, não houve qualquer intenção explícita de construir um estabelecimento que pudesse abrigar o ensino secundário institucionalizado e organizado no Maranhão, como era de se esperar de uma província próspera no Império. O Publicador Oficial (1838) nos mostra o exato contrário do que seria o ideal, o governo estabelecendo aulas provisoriamente nas casas dos lentes:

Cumpra que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d'esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito Lycêo, devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 11 de outubro de 1838. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero dos Reis. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 10 de outubro de 1838, ed. 643, p. 3)

Como ocorria durante o período imperial, as aulas eram ministradas nas casas dos professores ou nas casas dos alunos em cadeiras avulsas. Sendo o *Lyceu Maranhense* uma instituição escolar desse período não escapou a essa realidade, pelo menos até as obras no primeiro andar do Convento do Carmo⁹ serem concluídas.

Do ponto de vista material, apesar dos professores do Liceu serem pessoas de status elevados na sociedade maranhense da época, não foram poupados da realidade de improviso que compunha a instrução pública imperial. O fato das aulas

⁸ Sobre isso: Fernandes (2003) traça uma história administrativa, política e econômica do Maranhão com base nos Relatórios de Presidente de Província.

⁹ O Lyceu Maranhense funcionou no Primeiro andar do dito convento durante o período inicial de sua implantação, funcionaram também neste local a Escola Normal, a Inspetoria da Instrução Pública e uma cadeira de Primeiras Letras; instituições até agora identificadas nos Jornais.

inicialmente serem estabelecidas nas casas dos professores de forma improvisadas, nos possibilita perceber as diferentes apropriações que farão parte da materialidade desta escola. A definição de Chartier (1988, p. 26) sobre o objetivo da apropriação vai ao encontro desse processo de afirmação de uma interpretação dos sujeitos, sejam eles institucionais ou sociais.

A apropriação, tal como a entendemos, [tem] por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.

As apropriações dos objetos e espaços que constituem a cultura material escolar sejam elas culturais, sociais ou institucionais nos levam a perceber que não se tratam apenas dos materiais escolares, prédios ou documentos para a organização e escrituração da escola, trata-se, isto sim, de perceber como todos esses aparatos materiais eram utilizados, seja em uma realidade de improvisar aulas nas casas dos professores ou em uma realidade ideal. Assim Bencostta (2013, p. 31) se aproxima da cultura material, para ele

A cultura material escolar é um construto histórico produto da experiência humana com usos que se modificam de acordo com os sentidos e significados que os diferentes contextos educacionais produzem [...] Junto à objetividade deste objeto estão presentes componentes subjetivos originários dos contextos de sua produção e consumo.

Outra perspectiva a ser analisada atentamente na busca pelos aspectos materiais do *Lyceu Maranhense* está relacionada às disciplinas ministradas e a proposta de ensino pensadas para esta Instituição. Já discutimos anteriormente sobre o caráter literário, humanista e propedêutico do Lyceu, sobre esse tema Cabral (1982, p. 42) versa a respeito da insatisfação por parte da clientela do Lyceu em relação aos exames para o ingresso nas faculdades da corte.

Desse modo, mesmo que o candidato aos cursos tivesse concluído o curso completo dos Liceus, necessitava ainda, para ingressar nas Faculdades, prestar esses exames preparatórios. Nessas condições, o Liceu Maranhense, como todos os outros Liceus provinciais, foram procurando, cada vez mais, ajustar-se a essas exigências (exames preparatórios) que lhes, eram feitas indiretamente pelo Governo central, reproduzindo em seus currículos o conjunto de disciplinas (de cunho universalista e humanístico desses preparatórios).

O currículo humanista e literário, de certa forma, caracterizou-se como uma constante entre os liceus províncias no Império Brasileiro. Esta semelhança fica clara quando comparamos os currículos do colégio Dom Pedro II e o do *Lyceu Maranhense*:

Art. 1º. Formar-se-há hum Licêo na Capital da Provincia com a reunião das seguintes Cadeiras.
1º Filosofia racional e Moral

2º rhetorica e Poetica
 3º Geographia e História
 4º gramática filosófica da Lingoa, e analyse dos nossos clássicos
 5º Lingoa Grega
 6º Lingoa Latina
 7º Lingoa Franceza
 8º Lingoa Ingleza
 9º Dezenho
 10º Arithmética, 1º parte de Algebra, Geometria, e trigonometria Plana
 11º 2º parte de Algebra, calculo, e Mecchanica.
 12º Navegação, Trigonometria esférica, e observações astronômicas.
 13º Calculo mercantil, e escripturação por partidas dobradas. formando esta cadeira com 10ª o Curso de Commercio, e as 10ª, 11ª e 12ª o de Marinha. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 632. p. 2)

Art. 2º Este Collegio he denominado – Collegio de Pedro II

Art. 3º Neste Collegio serão ensinadas as línguas Latina, Grega, Franceza e Ingleza, Rhetorica; e os princípios elementares de Geographia, História, Philosophia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Chimica, Physica, Arithmetica, Algebra, Geometria, e Astronomia. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 601., p. 1)

As disciplinas ministradas por essas duas instituições tratavam basicamente do ensino de línguas, o ensino Literário com algumas disciplinas voltadas à ciências naturais, tais como geografia e história (por parte do Liceu) e zoologia e Botânica (no Colégio Dom Pedro II). O colégio Dom Pedro II foi o modelo de instituição de ensino secundário almejado por todas as outras escolas que se criaram no Brasil, isso pode ser constatado ao compararmos o currículo do *Lyceu Maranhense* com as demais disciplinas ministradas no colégio Dom Pedro II.

Porém, a insatisfação com o caráter predominantemente literário do ensino foram alvos de propostas educacionais que visaram mudar o projeto de ensino do *Lyceu Maranhense*, por ser essencialmente preparatório. As iniciativas de mudanças foram sinalizadas principalmente nas décadas de 40 e 50 do oitocentos e

[...] sugeriam a introdução de cadeiras de ciências naturais e exatas de Física, de Química, de Agricultura, etc. Pretendiam, com a introdução dessas disciplinas, dar maior flexibilidade ao ensino do Liceu, habilitando-o a preparar, não somente para as academias, mas também para as carreiras comerciais e industriais. (CABRAL, 1982, p. 42).

A reforma do ensino em 1855 no Maranhão trouxe a proposta de enriquecer o Lyceu com um curso de ciências naturais e tentou fazer com que seus alunos não tivessem que passar pelos preparatórios antes do ingresso nos cursos superiores, como nos informa Cabral (1982, p. 44).

Esse curso compreendia três, matérias, sendo uma de história natural integrando conhecimentos de Zoologia, Botânica, mineralogia e Geologia, a outra de Física e Química, e a terceira de Geografia e História do Brasil. A Reforma ainda determinou que fosse enviada solicitação ao Governo Central,

para que os alunos aprovados em todas as matérias do Liceu Maranhense pudessem ser matriculados nas Academias, independentemente de novos exames.

Percebe-se que mesmo com a tentativa de modificar a grade curricular do *Lyceu Maranhense*, tentando dar a este um ensino mais científico, ainda assim, as disciplinas ministradas não diferiam das ministradas no colégio D. Pedro II, ainda de acordo com Cabral (1982). No intuito de garantir as suas aprovações nos cursos superiores do Brasil, muitos alunos procuraram essa qualificação nos colégios particulares.

Os conteúdos sugeridos por estas reformas não garantiram aos alunos a aprovação no ensino superior, uma vez que a solicitação de eximir seus alunos dos exames preparatórios não foi aceita pelo Governo Central. Esse fato agravou a pressão sobre o Lyceu para continuar a ser uma instituição de ensino preparatória, posto que as novas disciplinas indicadas não foram bem aceitas pelos alunos, uma vez que, as mesmas não faziam parte dos preparatórios. As reformas instituídas no currículo do Lyceu não deram os resultados esperados, acarretando insatisfação nos alunos que tinham a pretensão de prestar concursos nas instituições de ensino superior do país como pode ser visto no comentário a seguir:

Reforma de 1874, [que] condicionou mais ainda essa situação [de pressão], favorecendo a multiplicação dos estabelecimentos particulares. Dessa forma, o declínio do Liceu foi inevitável. E as Administrações Provinciais, a partir aproximadamente dos anos 70, limitaram-se; quase que somente, a denunciar a decadência que se observava no Liceu Maranhense. (CABRAL, 1982, p. 45).

Ao estudar a cultura material nessa instituição de ensino precisamos entender que tal conceito não consiste apenas em um domínio próprio dos artefatos, mas também dos contextos materiais relacionados à educação escolarizada. A cultura material sofre, nesse ponto, uma ampliação de significado e passa a ser entendida como um estudo da relação dos objetos com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007) que se configura e reconfigura de acordo com as mudanças ocorridas no interior destes dispositivos, sendo assim, entende-se que a

[...] composição material da educação escolar evidencia a incessante busca pela racionalização da escola como organização e as tentativas de tornar o ensino mais produtivo e eficiente, as aulas mais motivadas e atrativas, a educação mais moderna. (SOUZA, 2007, p. 165).

Neste sentido, as mudanças no currículo do *Lyceu Maranhense* poderiam implicar em mudanças na estrutura física do prédio que o abrigara, por exemplo. No

caso das inserções de disciplinas científicas, acarretaria possivelmente, a necessidade de construção ou adaptação de um laboratório com materiais específicos para o seu funcionamento. Desta forma, Faria Filho et al. (2004, p. 8) afirmam que a cultura escolar¹⁰ “[...] permite: articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chave que compõe o fenômeno educativo tais como, os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares”. Estes aspectos, externos aos objetos escolares também constituem nosso estudo; tendo como ponto de encontro a Instituição escolar *Lyceu Maranhense*, portanto estudamos, para além dos objetos que fazem parte do corpus da pesquisa, também os sujeitos, os tempos, as disciplinas, as normas e as regras que conduziam a instrução para tentar, num esforço de análise determinar que aspectos caracterizaram a cultura material desta escola.

Indo ao encontro dessa concepção, Souza (2007, p. 165) aponta para o fato de que “[...] os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar”. Ainda neste sentido Silva e Petry (2013, p. 35) entendem “[...] os objetos escolares como ‘portadores de mensagens’, vestígios da circulação de ideias pedagógicas, indicadores de práticas (não uma prova real, mas um vestígio) elementos constitutivos e significativos do projeto educativo”.

Do mesmo modo que as disciplinas escolares, os sujeitos envolvidos com o estabelecimento e o espaço escolar estabelecido para o ensino podem influenciar na cultura material escolar desta instituição, estudar os tempos desta organização escolar pode nos dar subsídios para a apreensão da sua cultura material como um todo. No que se refere ao tempo escolar do *Lyceu Maranhense* são interessantes para este estudo os horários das aulas, dias e horários de realização de matrícula, dia e horários da realização dos exames entre outras informações que nos apresentaram as fontes.

Segundo os estatutos do Lyceu do Maranhão de 1838 as matrículas para o ano letivo iniciavam no dia 7 de janeiro e encerrava em 15 do mesmo mês. Para os casos especiais relacionados às disciplinas de Gramática filosófica da língua, Latim, Grego,

¹⁰ Sobre a relação cultura escolar/cultura material escolar ver: JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Paedagógica histórica. International Journal of the history of education. 1995. p. 353-382.

Francês, Inglês e Desenho as matrículas poderiam ser realizadas de seis em seis meses. Era possível também matricular-se até oito dias do período de encerramento das matrículas (CASTRO, 2009). Essas informações podem nos dar pista a respeito da materialidade escolar, no sentido de pensarmos o aparato físico utilizado para a realização de uma nova matrícula no Lyceu, sobre isso os próprios estatutos nos informam no art. 2º do capítulo 1 “O secretário, à vista do despacho do Diretor, lavrará o termo de matrícula **em livro para isso destinado**, fazendo menção do nome, filiação, nacionalidade e idade do matriculado.” (CASTRO, 2009, p. 303).

A organização e escrituração da escola também exigia uma demanda de materiais que pudessem tornar possível a instrução institucionalizada no Maranhão imperial. Sendo assim até mesmo na análise dos tempos escolares do *Lyceu Maranhense* poderemos possivelmente extrair pistas sobre a cultura material escolar.

O *Lyceu Maranhense* constituiu a primeira instituição de ensino secundário existente na Província do Maranhão. Se, por um lado, essa instituição deveria representar um ideal de modernidade quanto aos conteúdos ministrados, aos professores que compunham seus quadros e aos materiais que fariam parte de seu ensino, por outro lado, tratava-se de uma instituição nova, que ia ser inaugurada em uma província que não contava com uma instrução secundária institucionalizada e organizada, onde as aulas eram ministradas fora do ambiente físico de uma escola e que exibia taxas elevadas de analfabetismo entre a população.

Nossa pretensão neste estudo é de traçar uma história da cultura material no *Lyceu Maranhense* por meio das notícias veiculadas pela imprensa oficial local. Sendo assim, trataremos a seguir de caracterizar esta imprensa e o processo que utilizamos para analisar os jornais e selecionar as notícias que são objeto desta pesquisa.

3 A IMPRENSA OFICIAL MARANHENSE OITOCENTISTA: a procura de um discurso

Os impressos são sempre um produto cultural de seu tempo, imbuídos de histórias, de práticas cotidianas e de disputas de posições pelos atores sociais. Nesta pesquisa a escolha dos jornais como recurso informacional, em detrimento de outras suportes documentais possíveis, se deu, em grande parte, por esta fonte se constituir num campo de onde brotam as lutas, as discussões e as contendas pela melhor posição, sejam elas política, social ou econômicas. Antes de adentrarmos no campo de disputas de poder e de posições que nos apresentam os jornais escolhidos, caracterizemos estes aparato da imprensa no período oitocentista a fim de perceber como eles se constituíram e seu papel na sociedade maranhense.

O início da imprensa no Maranhão se deu com a produção de 34 números manuscritos do Jornal O Conciliador do Maranhão¹¹ que circularam na Província durante o mês de abril de 1821 (JORGE, 2008). O período relativo aos anos 1830, no que se refere ao aspecto econômico, caracterizou-se como uma época de normalidade administrativa na província do Maranhão, tendo como principais rendas as décimas urbanas¹², sisas de escravos¹³, impostos sobre heranças e legados, e ainda através da produção local, por meio de dízimos de arroz e miunças (FERNANDES, 2003, p. 37).

Apoiadas em uma economia rentável e próspera, as tipografias no Maranhão, segundo nos conta Serra (2001), começam a surgir na província a partir de 1821, por meio da Tipografia Erário Real em São Luís que passou a se chamar Tipografia Nacional Imperial em 1830, essa Casa de Impressão se utilizou do prelo Columbian de procedência inglesa que era o equipamento tipográfico mais moderno da época. Sobre este tema Jorge (2008, p. 23) informa que

Apesar do equipamento, de procedência inglesa, ser o mais moderno, até então, fabricado, carecia de tipos apropriados para a língua portuguesa, tais como o “C” cedilhado, o til e sinais de acentuação. Faltavam também vinhetas decorativas e recursos gráficos de larga escala utilização na época.

Até então essa era a única tipografia existente na província do Maranhão. Cenário que começou a mudar com as iniciativas do Snr. Clementino José Lisboa ao

¹¹ Considerado o primeiro jornal a circular no Maranhão, a principal função deste jornal era apaziguar os ânimos entre portugueses e maranhenses que viviam em constante litígio, daí o nome O Conciliador do Maranhão.

¹² Tributação sobre os prédios urbanos e terrenos, impostos por D. João VI logo em sua chegada ao Brasil em 1808.

¹³ Impostos sobre a população cativa, também chamada de matrícula de escravos (ESPINDOLA, 2015).

inaugurar sua Tipografia Constitucional em 1830. Foram estas duas casas de impressão que, entre 1820 e 1830 iniciaram o trabalho de impressão de jornais, livros, folhetos e almanaques na província que se destacou no período imperial do Brasil.

Por outro lado, o período relativo às décadas de 1820 e 1830 foi um período conturbado e antagônico em relação a educação e suas recepções por parte da população do país. Primeiramente a promulgação da constituição de 1822, que estabelecia dentre suas determinações o direito à educação à todas as pessoas livre e não estabelecia em que condições este direito seria executado; e em segundo lugar, em virtude do Ato Adicional de 1834 que gerou inúmeras insatisfações e revoltas no interior do Brasil entre 1835 e 1845¹⁴ (FAUSTO, 2010). Ao mesmo tempo na Província, contrastando com este período de revoltas, em 1843 um movimento de modernização das casas de impressão, iniciou-se na capital do Maranhão com as iniciativas do Snr. Francisco Sales Nunes Cascais que, ao regressar da Europa trouxe consigo prelos franceses e melhoramentos tipográficos para a Tipografia Constitucional. (SERRA, 2001).

Durante o mesmo período a casa de impressão Tipografia d'O progresso iniciou seus serviços na capital e, para concorrer com estas melhorias tipográficas, trouxe para a capital da província prelos americanos e a edição de obras avulsas e de tiragem superior. Esta tipografia pertencia a Belarmino de Matos e se tornou a principal tipografia provincial em muito tempo. Dentre outras notáveis casas impressoras no Maranhão, destaca-se também a pertencente à Correia de Frias, conhecida por ser responsável por grandes tiragens de obras volumosas (SERRA, 2001). O percurso inicial da imprensa local no período imperial favoreceu, principalmente, o governo provincial que se utilizava deste novo meio de comunicação para divulgar suas ações e fazer propaganda positiva de si mesmo.

Os jornais analisados na pesquisa, tanto *O Publicador Oficial* quanto o *Publicador Maranhense*, fazem parte da grande imprensa maranhense e tratam de notícias diversificadas, mais ou menos ligadas à administração provincial, além de folhetins, anúncios, editais entre outros temas que, para mais que informar, pudessem manter um público fiel. Dito isso é necessário lembrar que qualquer destes assuntos tratados nos jornais que se refiram à cultura material do *Lyceu Maranhense* são objeto desta pesquisa. Caracterizaremos estes jornais, no que se refere ao projeto gráfico

¹⁴Cabanagem no Pará (1835-1840), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1840) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845).

editorial, tipografias onde foi impresso, os responsáveis pela publicação e as notícias veiculadas no periódico de forma individual.

3. 1 O Publicador Oficial

“Toda Administração misteriosa sempre foi, e será ignorante, desastroza, corruptora, e tyranica.” (PUB. OF. 1835, p.1) com esta epígrafe, retirada da obra de Montesquieu, servindo como inspiração *O Publicador Oficial* em 1835 expõe ao público uma intenção, que constitui também sua missão: a de ser a voz de um governo. Em 22 de outubro de 1831 toma lugar no Maranhão a folha governamental *O Publicador Oficial*, destinada a ser o divulgador das ações do poder público da província do Maranhão, esse jornal, de acordo com Serra (2001), veio substituir outro periódico intitulado *O Semanário Oficial (1830)*, editado por Manuel Monteiro de Barros que era o responsável, até então, por ser o diário oficial da Província.

O *Publicador Oficial* circulou por dez anos, de 1831 a 1841, na província sendo editado inicialmente na *Typographia Liberal* no Largo do Palácio nº 15. Dentre os temas abordados na publicação destacavam-se a tranquilidade pública, finanças da província, expediente judiciário, instrução provincial e expediente das demais repartições públicas. Durante estes dez anos foi editado por nomes de destaque entre os funcionários públicos do Maranhão, que figuravam inclusive na primeira página do jornal, dentre eles Joaquim Serra Launé, José Cândido Vieira e João Francisco Lisboa que atuava como editor/impressor do mesmo.

Em 1833 o jornal muda de tipografia, não sendo mais impresso pela *Typographia Liberal*, passando a ser publicado na *Typographia do Farol Maranhense* localizada na Rua da Cruz. É também neste ano que começa a ser veiculado na primeira página do jornal o nome de João Francisco Lisboa como seu editor e impressor, sendo considerado um jornalista ilustrado e importante personalidade maranhense, de acordo com Serra (2001, p. 110) “Foi João Lisboa o primeiro dos jornalistas maranhenses, e não vemos razão para deixar de dizer, que, em todo o Brazil nenhum outro se lhe avanta no primor da fôrma, na erudição e substanciados escriptos [...]”.

Ainda em 1833 ocorre uma nova mudança na tipografia do *Publicador Oficial* e o início de uma sociedade entre João Lisboa e João Antonio Garcia de Abranches fazendo com que a dita casa de impressão passasse a se chamar *Typografia de Abranches e Lisboa*, com a distribuição e venda em novos endereços na casa de

Joaquim Antonio Serra Launé, Rua da Palma nº 44; e na Botica do Snr. Villéla na Rua da Estrela. Não era muito comum o endereço de um jornal se modificar tantas vezes em um período de apenas dois anos, pois a intenção era familiarizar os leitores quanto aos meios de compra e também quanto aos locais de venda de um periódico, portanto um jornal que muda muito de endereço em um curto período de tempo acaba por não conseguir cumprir este objetivo. No caso do Publicador Official o fato da direção do jornal e das tipografias mudarem constantemente teve relevância significativa quanto a estas alterações nos locais de venda, pois as mudanças de endereço coincidem com as mudanças de tipografia e de editores do jornal.

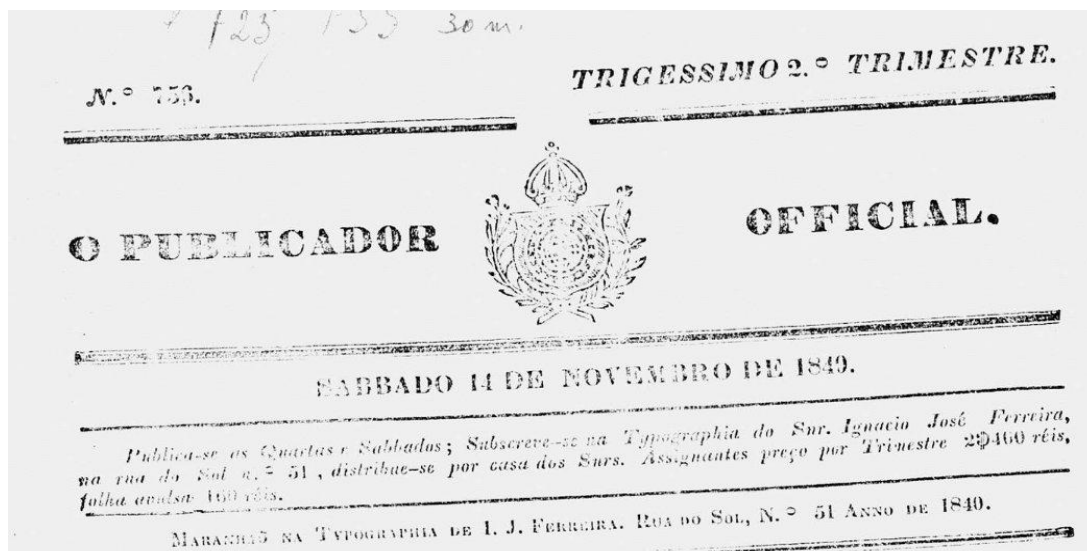
Como vimos, o movimento de modificações de tipografias responsáveis pela impressão e circulação do Publicador Official, assim como os endereços pela qual este jornal passou é constante e, mesmo após o período de 1833 que caracteriza o tempo de afirmação da publicação, o jornal ainda muda de tipografia inúmeras vezes, para a Typografia Constitucional (1834), Typographia de Ricardo Antonio Roiz de Araújo (1835), quando também muda de endereço, sendo distribuído na casa de Francisco de Salles Nunes Cascaes, na Rua dos Covões, e na Botica do Snr. Villéla, na Rua da Estrela. Em 1836 novamente muda-se a tipografia do publicador, porém não para uma nova tipografia, mas sim novamente para a Typ. Constitucional e depois para a Typographia de I. J. Ferreira (1837) onde se modifica também o endereço de venda para a casa de José Candido Vieira, na rua que vem do Ribeirão, à praya do Cajú.

Apesar de todas essas modificações, o preço da assinatura do jornal se manteve em 2\$400 reis por trimestre, alterando-se apenas o valor da folha avulsa que em 1831, ano de sua inauguração, era de 120\$00 reis e em 1838 passou a ser 160\$00 reis. Acreditamos que essa estabilidade no preço da publicação se deu pelo fato de ele ser mantido com recursos do governo público da província, não sendo necessário recorrer a outros recursos como anúncios de marcas comerciais ou aumento no preço da assinatura.

O jornal era impresso na maioria das vezes em quatro páginas, variando em apenas algumas edições, possuía duas colunas e trazia, a partir de 1840 na primeira página, a ilustração do brasão da Coroa Imperial. Os espaços privilegiados utilizados pelo jornal para tratar do *Lyceu Maranhense* que encontramos foram as colunas destinadas aos assuntos da província, estas colunas tratavam dos mais variados temas ligados com a administração pública, porém encontramos notícias relativas a

cultura material da instituição investigada em três colunas específicas entre os anos de 1838 e 1839 a saber: Instrução Pública, Cartas de Ley e Maranhão.

FIGURA 1 - Publicador Official.



Fonte: O Publicador Official, 14 de novembro de 1840, ed. 758, p. 1

Na coluna Instrução Pública, encontramos um relatório feito pelo inspetor da instrução pública de 1840 que trata dentre outras coisas, da situação do *Lyceu Maranhense*. Esta notícia é extensa e subdividida em parágrafos, cada um tratando de um tema diferente, e de forma concisa apresentando um problema enfrentado e dando um parecer sobre a situação. Essa estrutura é comum e idêntica a de outros documentos oficiais da época, isto porque o jornal visava uma transmissão das ações governamentais por meio, não apenas das notícias em si, mas através do formato oficial que fornece mais seriedade a publicação.

O mesmo pode ser dito da coluna Cartas de Ley, que era amplamente utilizado no Publicador para divulgar as ações do presidente em relação aos mais diversos temas de interesse público. Esta coluna noticiou a Lei de criação do *Lyceu Maranhense* onde são tratados todos os aspectos desta nova instituição e, dentre eles, os materiais escolares que seriam uma atribuição do poder público seu fornecimento.

A coluna Maranhão é onde aparece o maior volume das notícias sobre a cultura material do *Lyceu Maranhense*, especialmente no ano de 1838 em que se instalou essa escola. Essa coluna foi um dos dispositivos utilizados pelo Publicador Official para informar sobre os temas relacionados à Província, sobre diversos assuntos tais como Economia, Segurança e tranquilidade pública, entre outros. O tema Lyceu, foi

mencionado repetidas vezes neste caderno, justamente por conta dessa instituição de ensino representar um avanço para a instrução na província do Maranhão e por ser um espaço de grande demanda de ações governamentais, já que se tratava da instalação de uma instituição de grande porte que, de acordo o próprio jornal, retiraria a província do atraso.

As notícias relacionadas à cultura material do *Lyceu Maranhense* foram identificadas na pesquisa segundo três formas específicas no Publicador Oficial: Lei, Correspondência Oficial e Relatório. Ao refletir sobre estas formas, na tentativa de desvelar o que essa informação nos revela acreditamos que ao analisá-las, em um jornal destinado quase que exclusivamente a divulgar ações governamentais, parece óbvio que a intencionalidade do jornal era enaltecer as obras do poder público instituído e para isso, a primeira notícia veiculada no jornal sobre o *Lyceu Maranhense* foi a Lei de sua criação. O fato dessa notícia ser veiculada em forma de lei nos dá pistas a respeito dos caminhos escolhidos pelo governo, que conseguiu demonstrar sua força e demarcar sua presença nas ações relacionadas à instrução pública secundária, até então não institucionalizada e resumida em aulas avulsas, nesse sentido, ao publicar uma lei sobre a criação do *Lyceu Maranhense*, daria um peso à instituição e traria notoriedade ao governo.

Para além das formas das notícias, a estrutura que elas obedecem nos fornecem informações igualmente importantes que demonstram uma constante intenção da publicação em ser a voz oficial do Maranhão. As Leis já mencionadas anteriormente, por exemplo, apresentam em seu início os responsáveis por sua sanção e ao final os responsáveis por sua formulação; esse tipo de notícia é extensa dividida por artigos e estes em parágrafos que determinam cada uma das ordens a serem cumpridas, no caso de instalar, organizar e sistematizar o ensino do Lyceu e também sobre os seus aspectos materiais como nos mostra o art. 10.

FIGURA 2 - Lei de criação *Lyceu Maranhense*

Art. 9.º A Congregação apresentará todos os annos á Assembleia Legislativa Provincial, por intermedio do Governo, um Relatorio circunstanciado do numero, e aproveitamento dos Alumnos, tanto do Licêo, como das Aulas publicas da Provincia, acompanhando-o de observações tendentes ao melhoramento do ensino publico.

Art. 10. O Governo providenciará á respeito do edificio para o Licêo, assim como dos utensilios, e quasquer despesas necessarias á este estabelecimento.

Art. 11. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Fonte: Publicador Official, 10 Agosto de 1838, ed. 632. p. 1.

As

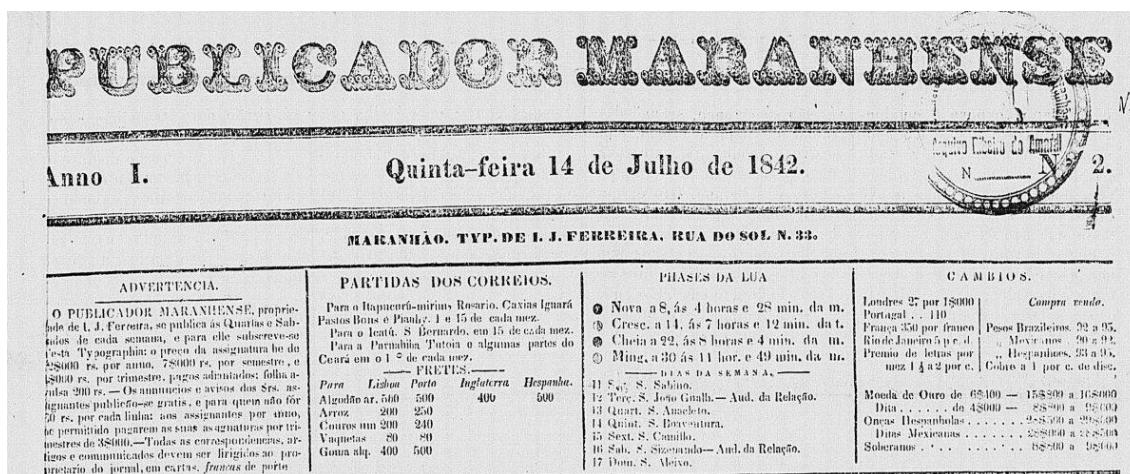
Correspondências oficiais eram menos extensas e mais diretas se reportando mais especificamente ao assunto tratado, indicando uma ação, justificando uma posição ou oferecendo um parecer sobre este assunto e ao final uma saudação própria desse tipo de documentação. Tal estrutura é mais ou menos fixa dependendo da notícia, pois a ordem as vezes se altera quanto a apresentação do tema e pareceres sobre. Os relatórios eram extensos, separados por parágrafos e mais diretos e concisos ao abordar o seus temas, pois tratava em seu corpo de diversos assuntos, não apresentava nem o remetente e nem o destinatário da notícia e não apresentava uma saudação ao final. Muitas outras documentações oficiais obedecem estrutura semelhante: os Relatórios de Presidente de Província, Relatórios da Instrução Pública, expediente das repartições públicas e Relatórios das Comarcas da Província são exemplos de documentos com formatos semelhantes ao das notícias do Publicador Official, essa é uma constante que caracteriza e diferencia o jornal dentre as outras publicações servindo para dar uma identidade à publicação e também para manter os leitores familiarizados com esse tipo mais formal de texto.

3.2 Publicador Maranhense: Jornal do commercio

Em 9 de julho de 1842 funda-se o órgão oficial *Publicador Maranhense* para substituir o *Jornal Maranhense*, periódico responsável por inaugurar no Maranhão a publicação de folhetins, que posteriormente o Publicador exploraria, pois este tipo de

atração jornalística caiu nas graças do público leitor logo de cara (JORGE, 2008). O *Publicador Maranhense* era uma folha noticiosa que se encarregava, dentre outras coisas, do expediente do governo e dos debates da Assembleia Provincial. Circulava três vezes por semana até 1862, quando tornou-se diário.

FIGURA 3 - Publicador Maranhense



Fonte: Publicador Maranhense, 14 de julho de 1842, ed. 2, Ano I.

O *Publicador Maranhense*, desde a primeira edição, respeitava o mesmo projeto gráfico e editorial possuindo quatro colunas e quatro páginas. Em seu cabeçalho trazia informações de utilidade pública, como partida dos correios, as fases da lua e os câmbios do Ouro e prata, assim como o itinerário do próprio jornal e o preço de sua assinatura e dos anúncios. Este layout do jornal vai se modificando ao longo de seu percurso em decorrência das inovações tipográficas pela qual, constantemente passava a província do Maranhão.

A circulação deste jornal se deu em um período longo e constante na província prolongando-se de 1842 a 1886 de acordo com Jorge (2008), sendo publicado em tipografia própria de Ignácio José Ferreira que também era proprietário do jornal. O seu primeiro redator foi o Snr. João Francisco Lisboa que aí ficou até 1855. A sua proposta editorial para a publicação era baseada em uma linha de prioridades. Primeiramente, notícias políticas e comerciais; depois a legislação e atos do governo e, por fim, variedades e recreação como segue abaixo.

Convidado a tomar a redação deste jornal, julgamos indispensável dizer alguma coisa em feição do prospecto, sobre a direção que pretendemos dar-lhe. Não faltam órgãos à política: os seus ódios se envenenam cada dia, em falta de lugar onde se rasguem novas feridas os campeões que travados na luta revolvem os punhais nas feridas já abertas. Imitá-los seria nada fazer para romper a monotonia de tais discussões; a sociedade tem outros interesses que cumpre advogar e satisfazer. Em primeiro lugar, as notícias políticas e comerciais, tanto nacionais como estrangeiras e depois a

legislação e os atos do governo; e finalmente variedades que instruem, recreando, eis aí com que encheremos o quadro deste jornal. A exemplo de todos os jornais da Europa, extrairemos das colunas dos nossos colegas os artigos que mais interessantes nos parecem sobre as questões que forem ocorrendo, guardando nisso como em tudo mais, uma rigorosa neutralidade entre os diversos partidos. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842. p. 1)

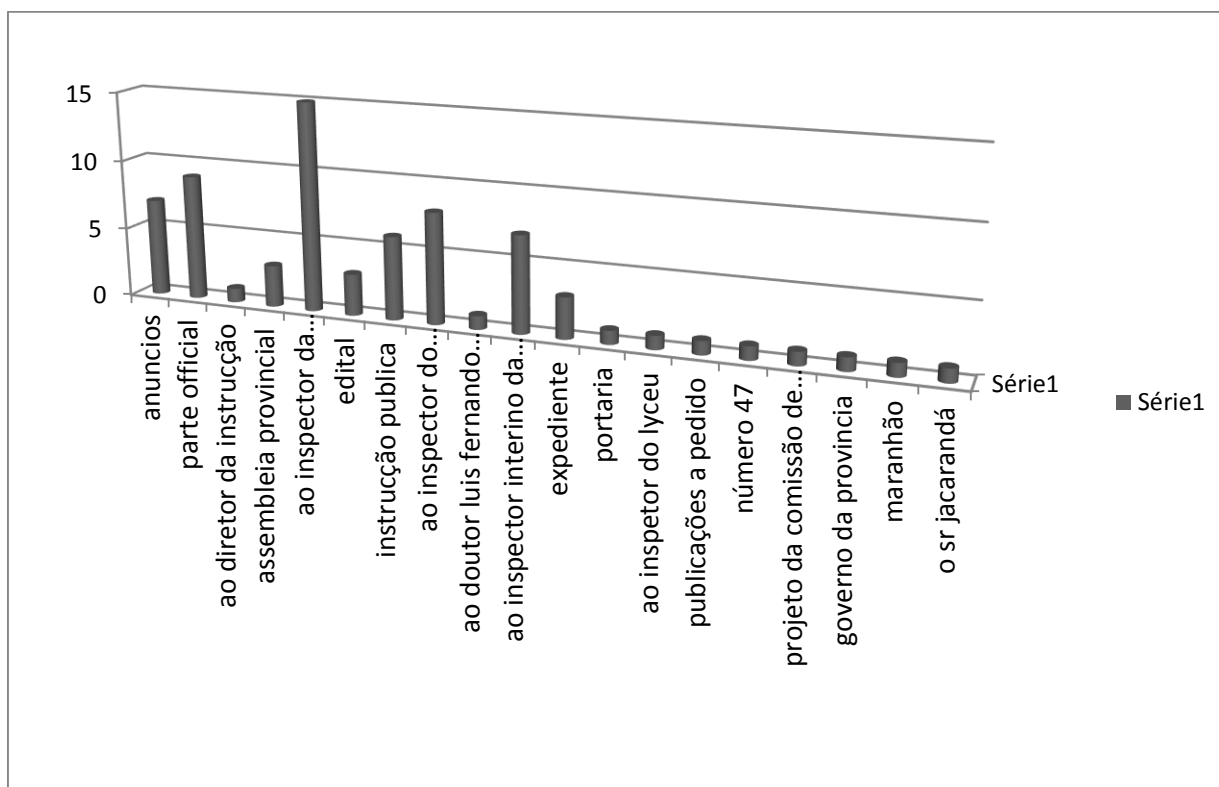
Esta proposta editorial, segundo Jorge (2008), inspirada nos modelos de jornais dos grandes centros do império e também na Corte, buscava diferenciar o jornal de outras publicações locais oferecendo temas novos e novas abordagens sobre assuntos já tratados no restante da imprensa. Tais assuntos foram destacados pelo mesmo autor:

O espaço gráfico ocupava-se com assuntos, como: cartas ao leitor, fuga e prisão de escravos, transcrição de matérias nacionais, estrangeiras, textos assinados, notícias e comentários sobre a Câmara Municipal e teatro, anúncios de objetos perdidos, produtos embarcados para o exterior, vendas de imóveis, cavalos, rapé. (JORGE, 2008, p.170).

O Publicador Maranhense contou ainda com vários intelectuais do Maranhão como os seus redatores, dentre eles Francisco Sotéro dos Reis de 1856 a 1861, Temístocles Aranha em 1862 e 1863 e Antonio Henriques Leal em 1864 juntamente com Felipe Franco de Sá que se junta a ele em 1865 (IGNOTUS, 2001) e Francisco José Viveiros de Castro em 1885. Era nítido na publicação o interesse por temas externos à política provincial, se ocupando também de folhetins, como já mencionado. Acreditamos que isso se deu pelo fato dos redatores deste jornal serem homens envolvidos com as letras, alguns desses serem autores de obras literárias e/ou didáticas, a exemplo de Sotéro dos Reis e João Lisboa que publicou nesse jornal os folhetins: *A festa de Nossa Senhora dos Remédios*, *A procissão dos mortos ou a procissão dos ossos* e *o Teatro São Luís* respectivamente. Sobre esse assunto Jorge (2008, p. 171) “[...] podem ser entendidos também como Jornalismo Interpretativo, respeitando-se a opinião da própria época, e o qual se explica como o aprofundamento da notícia [...] pela associação do real com o imaginário.”

A diversificação temática do Publicador Maranhense, em comparação com o Publicador Oficial, se refletiu também nos locais utilizados pelo periódico para tratar do *Lyceu Maranhense*, diferente do jornal anterior que se utilizava de colunas específicas para os assuntos da província, o Publicador Maranhense apresenta o *Lyceu Maranhense* de diversas formas e em locais variados. A seguir apresentamos um gráfico geral das colunas onde encontramos notícias relacionadas ao *Lyceu Maranhense* de acordo com o número de vezes aparece em cada coluna.

GRÁFICO 1 - Colunas do Publicador Maranhense que Tratam do Lyceu.



Fonte: O autor, 2018.

A variedade de assuntos no Publicador Maranhense é refletida na pulverização do tema *Lyceu Maranhense* em diversos locais, o que gera um contraste quando comparamos tal fato com a concentração de notícias sobre o Lyceu percebida no jornal Publicador Oficial, que tinha a proposta de divulgar as ações do governo. Acreditamos que a diversidade de locais para as notícias se deve a própria proposta do jornal, de tratar de temas importantes à província, buscando em outras publicações assuntos de interesse público, dentre eles a educação, conseqüentemente em meio a essa garimpagem as notícias apareceram em lugares mais afastados e menos concentrados fato refletido nas páginas do Publicador Maranhense.

No entanto, a variedade de dispositivos utilizados para tratar do Lyceu possuía algumas características particulares nesse jornal. O Lyceu é mais retratado na coluna destinada “Ao Inspetor da Instrução Pública” onde são vinculadas notícias sobre a instrução pública, sua organização, sistematização e operacionalização. Acreditamos que a coluna “Ao Inspetor interino da Instrução Pública” seja destinada ao mesmo fim de tratar do expediente educacional da província, porém com um pequeno acréscimo referente, somente, à natureza provisória do cargo ocupado pelo inspetor. Nesses dois cadernos específicos o Lyceu é tratado com maior frequência,

destacando-se ainda as colunas de “Anúncios”, “Parte Oficial”, “Ao Inspector do Thesouro Público Provincial” e “Instrução pública” que também contam com um número considerável e frequente de publicação das notícias sobre o Lyceu. Dentro deste universo de cadernos específicos direcionados à instrução e colunas mais gerais que tratam de finanças e expediente político, por exemplo, as notícias atinentes a Cultura material do *Lyceu Maranhense* estão presentes em menor número, porém com aspectos determinantes e esclarecedores, tais como compras de materiais para o ensino, anúncios de livros utilizados no Lyceu, vendas de materiais inúteis à instituição, entre outros.

Também contam como informações relevantes as notícias retiradas das colunas menos representativas, caso do discurso proferido pelo Sr. Dr. Jacarandá durante uma reunião da Assembleia Legislativa Provincial tecendo crítica ao governo com relação ao prédio escolar do *Lyceu Maranhense*, com o qual tal governo não despendia recurso algum a não ser por asseio e reparos. A diversificação de notícias presente no Publicador Maranhense constitui riqueza tanto no número de informações disponíveis quanto na natureza dessa informação que se torna qualificada à medida que as discussões nos possibilitam pensar a materialidade escolar do ensino secundário maranhense.

Um ponto interessante referente à natureza das notícias deste jornal é que apesar de um leque tão diversificado de locais de publicação do *Lyceu Maranhense*, as formas dessas mensagens são apenas três, a saber: Ofícios, Ata de Reunião e Relatórios. Estas informações podem nos fornecer a seguinte reflexão, primeiro: em se tratando de notícias que tratam de ações do governo, debates da assembleia e documentações legais, assuntos apresentados como pauta pelo próprio jornal não possuíam uma diversidade tão grande assim de documentos e de estilos de escrita, ficando apenas restritas a estas três formas que eram comuns inclusive no Publicador Oficial. Outra reflexão possível é que essa limitação em termos de mesmo formato de notícias nos dois jornais era uma característica também da própria imprensa periódica local seja por estilística de escrita ou por falta de tecnologia disponível para a diversificação de formas noticiadas.

Cada uma das três formas apresentadas pelas notícias do Publicador Maranhense obedece a uma estrutura particular própria das normas e regras do período para a redação de documentos oficiais. Os ofícios eram apresentados em parágrafo único, sempre dirigidos à pessoa específica não possuindo, porém uma

saudação ao final, caso das correspondências oficiais, a estrutura deste tipo de publicação é a mais simples dentre as que identificamos e coincidentemente são as que mais encontramos nos jornais, acreditamos que pela sua facilidade de ser escrita e impressa.

A ata de reunião é o outro formato de notícias encontrado, mais extensas e separadas por parágrafos relatando os assuntos abordados durante a reunião da congregação do *Lyceu Maranhense* ou durante a sessão da Assembleia provincial recebendo ao final a assinatura dos participantes da reunião e do respectivo secretário. Esse tipo de publicação apresenta uma maior extensão e uma variedade de assuntos mais significativa em relação aos ofícios que são mais frequentes, porém por vezes monotemáticos, as atas por tratarem de múltiplos temas fornecem-nos, além da identificação dos objetos de cultura material, uma visão mais aproximada dos contextos que compunham a própria rotina do *Lyceu Maranhense* e da instrução pública.

O formato de relatório é utilizado pelos responsáveis das repartições públicas para relatar a situação dos bens públicos que administram, dividida por parágrafos, geralmente reserva de um a dois parágrafos para cada tema relatado. A importância de caracterizar a fonte de onde partimos para a análise das notícias e apresentação da categorização da cultura material do *Lyceu Maranhense* pretendendo trazer os aspectos da escolarização e as intencionalidades por traz deste processo torna-se imprescindível no sentido de entendermos essa fonte, a partir de agora partiremos para a categorização.

4 O LYCEU MARANHENSE NA IMPRENSA: objetos e usos da materialidade escolar.

Dentre as mais diversas possibilidades de itens da cultura material escolar que poderiam ser identificados no processo investigativo realizado junto às fontes impressas, agrupamos em subcategorias as notícias que tratam da materialidade escolar do *Lyceu Maranhense*. No entanto, antes de apresentar essa categorização, acreditamos ser interessante refazermos o processo que nos trouxe até aqui.

As bases nas quais nós apoiamos para o trabalho com o corpus documental que constituiu a fonte desta pesquisa foram, a rigor, duas: primeiramente as técnicas de análise de assunto que fazem parte do aparato teórico da Biblioteconomia, aqui especificamente o processo de indexação; em segundo lugar a categorização dos materiais escolares presente na obra de Castro (2011) e materializadas num Quadro da Cultura Material Escolar (1870 - 1925)¹⁵ que forneceram as subcategorias, dentro da categoria maior Cultura Material, nas quais nos sustentamos para elaborar uma categorização mais específica da materialidade escolar do *Lyceu Maranhense* na imprensa local. Sobre a categorização Moraes (1999, p. 12) afirma que “[...] é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles [...] por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo.”

As subcategorias apresentadas pelo quadro de cultura material são 13 ao todo e constituem um esforço investigativo de pesquisa realizada em diversos Estados do país onde se pretendeu separar a cultura material de acordo com a natureza dos objetos escolares, a saber: Móveis, Utensílios da Escrita, Livros e Revistas escolares, Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, Organização/Escrituração da escola, Prédios escolares, Material de higiene, Material de limpeza, Trabalhos dos alunos, Indumentária, Ornamentos, Honrarias e, por fim Jogos e Brinquedos.

Sendo assim, procuramos as fontes com o olhar direcionado a encontrar as notícias que tratassem sobre os materiais e espaços escolares do *Lyceu Maranhense* e durante a investigação identificamos notícias que versam sobre as seguintes subcategorias de análise dos objetos escolares: Prédio Escolar, Livros e Revistas escolares, Materiais Visuais, Sonoros e Táteis. A categorização aqui proposta tem

¹⁵ Este quadro é resultado das pesquisas desenvolvidas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Maranhão, que usaram como fonte: cartas de professores ou da escola, expedientes administrativos como listas de materiais, lista de almoxarifado, inventários, relatórios, jornais e legislação.

como ponto de partida as notícias veiculadas na imprensa periódica local, desta forma ela é restrita aos objetos identificados no decorrer do processo de escrutinação das fontes de acordo com a natureza dos mesmos e, portanto não pode ser vista como um quadro geral dos materiais escolares, que foi a proposta de castro (2011). Dividimos então nossa categorização nessas três subcategorias que foram mapeadas na investigação. Também foram encontradas notícias a respeito do mobiliário escolar do *Lyceu Maranhense* e é importante esclarecer aqui que, tendo em vista o volume reduzido de notícias a esse respeito fizemos a arbitrária escolha de apresentar essa subcategoria como sendo inclusa à de materiais visuais, sonoros e táteis tendo, porém com a consciência de que esta constitui subcategoria própria e específica no campo da cultura material escolar.

As subcategorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando neste processo seus aspectos mais importantes. No que se refere às temáticas sobre a cultura material já existia, essa categorização prévia que foi apresentada anteriormente, o esforço neste sentido foi em adaptar as nossas fontes, pois essas apresentam as informações de formas distintas entre as duas publicações apesar de os materiais de ensino serem facilmente encaixados nas categorias anteriores diluindo assim as notícias ao longo do texto.

Começaremos então a apresentar os resultados desta categorização sobre a cultura material do *Lyceu Maranhense* por meio da imprensa periódica local no oitocentos, primeiramente a subcategoria prédio escolar, posteriormente Materiais visuais, sonoros e táteis depois Livros e Revistas escolares. Não pretendemos aqui definir ou conceituar qualquer destes objetos escolares, pois essa não constitui a proposta da pesquisa. Nossa pretensão é unicamente apresentar tais notícias e sua categorização a fim de que os termos recuperados por meio do processo indexatório lancem luz sobre novos temas e objetos para olhares que se direcionarem as nossas fontes.

4.1 Prédio escolar

A primeira subcategoria da qual trataremos nessa exposição é o Prédio escolar do *Lyceu Maranhense*. Ao ser criado por meio da Lei n. 77 de 24 de julho de 1838 esta escola não foi instalada em prédio próprio e nem mesmo em um prédio construído, a sua implantação se deu no primeiro andar do Convento do Carmo por

considerar o governo o melhor local para esse fim, como nos informa o Publicador Oficial.

- Para a acomodação do Liceu Maranhense, que foi criado por lei de 24 de julho, e tem de ser estabelecido no Convento N. Sr.^a do Carmo desta cidade, por ser o local mais conveniente para esse fim, tenho de exigir de V. S. a restituição de poco mais de quarenta palmos no armazem que no mesmo Convento já sérvio de quartel da polícia, espaço este que como já ocupado por diversas cadeiras de ensino público apenas formão as necessárias dimensões para o estabelecimento criado, e outro sim que arma a abertura de uma arco no lugar da porta que do corredor das aulas faz frente para a portaria do convento, ficando violada (vedada) por uma grade de ferro a comunicação do mesmo corredor para a portaria mencionada. = Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 28 de Agosto 1838. – Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. R. ^{mo} Sr. Frei José do Santo Alberto Cardozo Provincial do Convento de N. S. do Carmo. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 9 de outubro de 1838, ed. 641, p. 3)

É importante lembrar que a instalação do Lyceu no dito Convento não se deu de forma imediata e sem entraves, pelo contrário, essa ação acarretou ao governo provincial uma serie de esforços logísticos no sentido de viabilizar as aulas da instituição, enquanto não se conseguia deixar o Convento do Carmo em condições de receber alunos e professores. Estes esforços são claramente percebidos, uma vez que o órgão oficial do governo da província faz questão de publicar uma série de notícias a respeito das obras que estão sendo feitas no dito prédio. Não foram apenas os governantes que precisaram se desdobrar para que as aulas do *Lyceu Maranhense* acontecessem, alunos e professores também tiveram que fazer seus sacrifícios em meio a uma realidade de improviso que se apresentava e em prol do bem maior que constituía a instrução.

As aulas do Lyceu foram ministradas nas casas dos professores em meio ao improviso e arranjo que constituía em si a realidade educacional não só do Maranhão, mas de muitas outras províncias do império. O próprio prédio do Convento do Carmo era a representação dessa realidade improvisada, uma vez que essa mesma estrutura abrigou diversas instituições públicas no período imperial a exemplo da Escola Normal, a Inspeção da Instrução Pública e uma Cadeira de Primeiras Letras da mesma freguesia.

As notícias que identificamos n'O Publicador Official e Publicador Maranhense nos dão uma ideia do se pensava a respeito do prédio escolar do Lyceu. Os assuntos tratados eram quase sempre de reformas, mudanças de prédios ou discussões a respeito das ações do governo, a seguir um quadro dos assuntos relacionados à

subcategoria prédio no período inicial da ação do Lyceu na província retratados n'O Publicador Oficial:

QUADRO 1 - Prédio escolar n'O Publicador Oficial

Publicador Oficial (1838 - 1839)		
Subcategori a	Ano/edição	Assunto
Prédio escolar	1838, ed. 632	Criação do Liceu – Utensílios – Prédio.
	1838, ed. 641	Acomodação – Prédio – Reforma.
	1838, ed. 642	Plano e orçamento –Obras – Reforma.
	1838, ed. 642	Acomodação do Lyceu - Convento do Carmo
	1838, ed. 649	Professores-Aulas provisórias em casa – obras Lycêo.
	1839, ed. 674	Abertura do Lycêo – Inauguração do prédio.

Fonte: O autor, 2018

A primeira informação que nos salta aos olhos é a concentração de notícias veiculadas no ano de 1838, quando se instala a escola na província, em toda a pesquisa a maior concentração de notícias por ano se dá exatamente em 1838. É possível afirmar, com base nessa concentração, que a demanda de ações governamentais aliadas à necessidade de mostrar trabalho por parte do poder público provavelmente são as causas dessas diversas repetições, uma vez que o Publicador Oficial era o órgão do governo e funcionava como diário oficial da província. Esse fato contrasta com outra característica percebida da publicação, o jornal veicula notícias quase que exclusivamente sobre o prédio e as acomodações do *Lyceu Maranhense* no que se refere à materialidade escolar e não são encontradas outras categorias de materiais escolares nessa publicação.

A instalação e pleno funcionamento do *Lyceu Maranhense* no prédio do Convento de Nossa Senhora do Carmo só ocorreu efetivamente no ano de 1839 e, no que se refere a prédio escolar, consideramos ser esta a primeira fase do *Lyceu Maranhense* compreendida no período entre a Lei de criação em 24 de julho de 1838 e a Inauguração publicada no respectivo jornal em 1839. No que se refere ao prédio escolar este é o retrato inicial que nos revelaram as fontes, em um espaço de tempo de oito meses a vinculação de seis notícias sobre o mesmo tema evidenciando todo o processo de instalação e os entraves no que se refere às aulas provisórias e as obras para a sua acomodação.

Após esse primeiro panorama geral sobre os temas tratados no Publicador Oficial, é interessante nos centrarmos nos conteúdos das notícias que foram

veiculadas nesta primeira fase do prédio escolar liceísta. A notícia a seguir foi retirada da edição n. 642 do Publicador Oficial publicada dia 10 de outubro de 1838:

Tendo aprovado os Planos e orçamentos das obras, que se tem de fazer tanto para o estabelecimento do Liceo como para o melhoramento da Biblioteca d'esta Capital os quaes em virtude de minha ordem verbal forão organizados pelo capitão de Engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, e por V.S. encarrego e da administração e gerencia de ambas as obras, recomendando-lhe a maior brevidade no desempenho d'essa tarefa, pois bem conhece as causas, que urgem pelo seu prompto acabamento. = Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 28 de Agosto de 1838. = Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. = Sr. João Nepomoceno Xavier de Brito. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 642, p. 3)

A notícia informa ao público, dentre outras coisas, quem era o engenheiro responsável pelas obras no Convento do Carmo, que os tramites legais a este respeito já haviam sido aprovados e que estas ações deveriam ser feitas em regime de urgência com a maior brevidade possível. No esforço de análise, feito na tentativa de compreensão das notícias, nossa reflexão foi dirigida novamente para as imposições que foram feitas pelo poder imperial, que ao se eximir da responsabilidade de legislar sobre o ensino primário e secundário - por meio do Ato Adicional - deixando a cargo das províncias tais ações: não ofereceu condições para estas no sentido de estruturar o ensino e aparelhar as escolas que, àquela altura, não existiam nas províncias do império brasileiro e, desta forma, fazendo recair sobre as províncias toda a carga que estas demandas oneravam.

O sucesso ou fracasso das instituições de ensino secundário e primário dependia única e exclusivamente das condições financeiras das províncias, as mais estruturadas e de economia mais forte saíam na frente, enquanto que as de menor força econômica amargavam a desestruturação e a não institucionalização da instrução pública. Nesse contexto o *Lyceu Maranhense* era uma reivindicação da sociedade maranhense que queria ver seus filhos serem formados e preparados para os exames exigidos ao ingresso nas instituições de ensino superior; a última frase da notícia anteriormente apresentadas se clarificou um pouco depois de feita a reflexão, pois eram muitas as “causas que urgiam o pronto acabamento” do prédio para o *Lyceu Maranhense*. Iniciadas as obras para a acomodação do Lyceu, o esforço passou a ser logístico, no sentido de remanejar o funcionamento de outras instituições públicas que o Convento do Carmo abrigava, esforço este refletido no trecho seguinte:

Por motivo de se principiari a obra, que as tem de fazer nas Aulas estabelecidas no Convento do de Nossa Senhora do Carmo, para a acomodação do Lyceo desta Capital, com as dimensões que exige o numero

de aulas com que foi creado pela Lei Provincial Nº 77 de 24 de Julho próximo passado faz se de manter que Vv. Ss. cedão temporariamente uma das salas do consistório dessa Capella, para o professor de premeiras Letras dessa Freguesia ahi dar aula, emquanto outra casa se não apronta. Deos Guarde a Vv. Ss. palácio do Governo do Maranhão em 39 de Agosto de 1838 – Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo – Snrs. emcarregados da Administração da Capella de S. João. (Publicador Official, 1838, ed. 642, p. 4).

O espaço escolar do Convento do Carmo consistia mesmo depois de prontificadas as obras, em um espaço improvisado, por um lado porque não era um prédio que havia sido pensado para o fim educativo, daí a necessidade de adaptação materializada nas obras para o Lyceu noticiadas no jornal. Por outro lado, a realidade de improvisado se manifestava também na ideia de um espaço partilhado por diversas instituições que originalmente não havia sido construído para nenhuma delas, esse estado se agrava bastante com o início das reformas para o a escola, aumentando o trabalho do poder público e os sacrifícios de professores e alunos, sejam eles das aulas primárias ou do próprio ensino secundário, no esforço de manter as aulas em funcionamento. Como também é apresentado em outro trecho retirado das páginas do Publicador Official mostrando o que foram as aulas ministradas no *Lyceu Maranhense* no ano de 1838:

Cumpre que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d'esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito Lycêo, devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 11 de outubro de 1838. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero dos Reis. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1838, ed. 649, p. 2).

Mesmo com a criação de uma escola de ensino secundário que devia, via de regra, reunir as demais cadeiras avulsas que compunham até então essa modalidade de ensino no Maranhão, a realidade educacional não manifesta imediata mudança no que diz respeito aos aspectos atinentes ao espaço escolar. A província continuou sem uma instituição de ensino que agrupasse as cadeiras avulsas do ensino secundário, o Lyceu continuava mesmo depois de criado sem surtir efeito, uma vez que ainda não haviam sido elaborados nem mesmo os seus estatutos. Justamente com esse objetivo o governo provincial nomeou o lente Francisco Sotéro dos Reis como o primeiro diretor do *Lyceu Maranhense*.

Em virtude do Artigo 4º da Lei Provincial nº 77 de 24 de Julho do corrente anno hei por bem nomiar a Francisco Sotero dos Reis para Direcetor do Lyceo desta Capital. O Secretário deste Governo lhe mandará passar o competente Título, e fará expedir as necessárias participações. Palácio do Governo do Maranhão 30 de Agosto de 1838 – Vicente Thomaz Pirez de Figueiredo

Camargo – N. B. Igual a João Nepomoceno Xavier de Brito, para. Secretário do Lyceo. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 642, p. 4).

Sotéro dos Reis foi personalidade conhecida no Maranhão oitocentista, professor da cadeira de Latim do Lyceu, era também Jornalista e escritor, Joaquim Serra (2001, p. 120) ao apresentá-lo fez uso dessas palavras: “Esse illustre escriptor toda a sua vida não foi outra cousa senão um grande educador, quer na cathedra do magistério, quer na tribuna jornalística.” No ofício jornalístico foi extensa a ação de Sotero e se somou à sua vocação de professor e de gramático. Enquanto jornalista foi responsável pela fundação de diversos periódicos, a exemplo do Maranhense (1825), O Constitucional (1831) em parceria com Odorico Mendes, O investigador (1836), a Revista (1840), Correio de Annuncios (1851), Constitucional (1862) que não deve ser confundido com o anterior, além de participar da redação do Observador (1854) e do Publicador Maranhense (1856 - 1861) jornal utilizado nesta pesquisa (SERRA, 2001).

Na função de diretor do *Lyceu Maranhense* a primeira ação coordenada pelo diretor recém-nomeado foi de convocar os outros professores da instituição a fim de organizarem os estatutos do *Lyceu Maranhense* de 1838, cumprindo a seguinte ordem do governo provincial:

- Cumpre que V. S. faça convocar lentes das cadeiras do Lycêo desta Capital debaixo de sua direção, afim de proceder-se imediatamente à organização dos estatutos, de que tanto o Art. 2º da Lei Provincial N.º 77 de 24 de Julho próximo passado, para que findas as férias, e na abertura das Aulas comece à ter execução, sendo competentemente aprovados em conformidade com a Lei. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 31 de Agosto de 1838. – Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero do Reis, Director do Lycêo desta Capital. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 643, p. 2.)

Os Estatutos do *Lyceu Maranhense* de 1838¹⁶ continham as disposições que sistematizariam o ensino e determinariam de que forma esta escola deveria funcionar a partir de sua inauguração. As disposições tratavam: Das Matrículas, Dos Preparatórios, Das Aulas, Da Polícia das aulas, Dos Exames, Do Bacharelato, Dos Prêmios, Das Férias, Dos Honorários, Da Congregação, Do Diretor, Do secretário, Dos Lentes, Dos Inspetores, Do Porteiro e Dos Alunos determinando o proceder de cada um destes no interior de suas instalações.

¹⁶ CASTRO, C. A. Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império. São Luís: EDUFMA, 2009.

A primeira fase do *Lyceu Maranhense* no que se refere ao seu espaço escolar se encerra com a sua inauguração ocorrida em 1839 e noticiada no Publicador Oficial:

- Previno a V. S. que tendo designado o dia 14 do corrente para a abertura do Lycêo, a qual terá lugar às 11 horas da manhã. Por essa mesma ocasião convido a V. S. e mais Lentes afim de serem presentes a dita abertura, e o encarrego de convidar as Autoridades, Corporações, Chefes de Repartições Públicas, e pessoas gradas, para que se torne aquelle acto apparatuso, e brilhante. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 7 de Fevereiro de 1839 – Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotéro do Reis, Director do Lycêo. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1839, ed. 674, p.2).

Em contraste com O Publicador Oficial, que circulou um período de dez anos no Maranhão, o Publicador Maranhense circulou durante 44 anos e, nesse extenso período, a instrução não foi assunto privilegiado dentro do universo de temas abordados. No entanto, de forma alguma o Lyceu foi esquecido pela publicação, ao longo destes anos em que o jornal circulou identificamos notícias que tratam da instituição em seus vários aspectos, professores, disciplinas ministradas, expediente do lyceu no geral e os aspectos materiais desta escola se destacam dentre as notícias sobre essa escola. Neste sentido, após este conturbado período de instalação, o *Lyceu Maranhense* entra em uma etapa de normalidade administrativa no que se refere ao seu espaço escolar. As discussões que surgem no período posterior se direcionarão ainda às instalações, no sentido de adequação dos espaços para as aulas, porém o Publicador Oficial não apresenta notícias a respeito do Prédio escolar do Lyceu nos anos de 1840 e 1841, ano em que deixa de circular esta publicação. Encontraremos apenas na edição 196 do Publicador Maranhense em 1844, já apresentando uma crítica às instalações do Lyceu.

A parte do Convento do Carmo onde se estabeleceu o Lyceu não tem as comodidades necessárias para as aulas. Falta uma sala apropriada para a Aula de Desenho que pela sua estreiteza apenas contem 18 alumnos, como informa o respectivo Inspector. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 196.).

É no período situado entre os anos de 1844 e 1849 que identificamos o tempo de maior normalidade administrativa no sentido de acomodar o *Lyceu Maranhense* no Convento do Carmo, no entanto a primeira notícia a esse respeito que encontramos constitui uma crítica a essas instalações. Trata-se de um relato do Inspetor da Instrução que identifica uma inadequação concernente à aula de Desenho, essa disciplina será assunto tratado durante todo o período citado e é um dos assuntos mais abordados no que tange o prédio do Lyceu no Publicador Maranhense.

Na segunda fase referente ao prédio escolar do Lyceu os assuntos mais encontrados são a aula de desenho, o desligamento da Escola Normal que funcionava em anexo ao Lyceu no dito Convento do Carmo e os Alunos matriculados no Lyceu. Este último assunto referente aos alunos trata do número dos alunos que desejam se matricular nas aulas ministradas pela escola e não conseguem por conta da estreiteza das acomodações do prédio.

A respeito das notícias que versam sobre a Escola Normal é preciso entender o papel do Convento Nossa Senhora do Carmo em São Luís, que funcionava como um prédio multifuncional e era utilizado para abrigar diversas instituições educativas do Maranhão imperial. Foram duas as tentativas de criação da Escola Normal na província, uma em 1840 impetrada pelo poder público, que não vingou e uma segunda em 1870 de iniciativa privada por meio da Sociedade Onze de Agosto (CASTELLANOS, 2010) no período em que a notícia é vinculada no jornal, tratava-se ainda, da tentativa de cunho público da criação da dita instituição, que a exemplo do Liceu de outrora procurava seu espaço escolar. No período em questão havia a vinculação entre a Escola Normal e *Lyceu Maranhense*, fato que a Lei Provincial n. 197 visou combater, desvinculando do Lyceu a Escola Normal que passou a funcionar em outro prédio conforme o seguinte trecho:

Respondendo ao officio de Vmc. Datado de hoje sob. n. 515, tenho a dizer-lhe que pode na forma do art. 22 da Lei Provincial n. 197 desligar do Lyceu a Eschola Normal, que passa a ser de 1^{as} Letras, estabelecendo-a em caza apropriada, e mandando apromtar os utensílios necessários e indispensáveis à mesma aula, que segundo Vmc. Informa, montará em pouca despeza, aproveitando-se os bancos, louzas, tinteiros e mais utencílios da Eschola Normal suprimida. (PUBILCADOR MARANHENSE, 1844, ed. 230)

Neste sentido, percebemos que estudar a materialidade escolar do prédio do *Lyceu Maranhense* é lançar olhar, também, às outras instituições de ensino que atuavam, muitas vezes, em conjunto visando, talvez, o combate às dificuldades existentes e persistentes no que compete à infraestrutura para o ensino. Consideramos importante nesse breve retrato do espaço escolar, onde funcionava o Lyceu do Maranhão, perceber que este espaço era destinado também às instituições de peso no Brasil Império, ter mesmo que de forma resumida em duas notícias a informação de que o Lyceu e a Escola Normal dividiam o mesmo espaço físico no período de 1840 a 1844 reafirma a importância dada pelo governo que provavelmente era o espaço mais utilizado para abrigar instituições de ensino. A Escola Normal

deixou o prédio do Convento do Carmo para se abrigar em outro convento da capital do Maranhão o Convento das Mercês.

Cumpra que Vmc. Se dirija ao Convento das Mercês, e entendendo-se com o respectivo Prelado, com quem já fallei, examine se no dito Convento existe alguma sala que mediante alguns reparos e concertos, ofereça as acomodações necessárias para n'ella ser estabelecida Eschola Normal que, conforme a Lei n. 197 deve ser transferida do Lyceu. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 234)

Porém as discussões a respeito do prédio do *Lyceu Maranhense* não se limitaram a sua relação com outras instituições escolares que compartilhavam o mesmo espaço. Como dito anteriormente, o Publicador Maranhense visava advogar sobre os assuntos de interesse público, sendo assim, a instrução pública e seu funcionamento faziam parte do cotidiano dessa publicação que, ao contrário do Publicador Official não visava enaltecer as ações do poder público, advogando, isto sim, os interesses do seu público leitor. Havia neste jornal uma quantidade de críticas ao poder público volumosa para um jornal que trazia em seu título a alcunha de órgão oficial, o seguinte trecho ilustra essa característica “[...] bem como da Aula de Desenho, que não me parece conveniente que continue a persistir no Lyceu por estar em um quarto mui acanhado e impróprio para a matéria que se ensina.” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1846, ed. 397).

Como frisado anteriormente, a Aula de Desenho do Lyceu constituiu um assunto sempre abordado pelas notícias do jornal já mencionado, principalmente quando se tratava de criticar as suas acomodações. Em um período de relativa normalidade administrativa a referida aula destoava um pouco das demais notícias vinculadas ao Lyceu. O número de alunos que procuravam se matricular na disciplina era muito maior do que o Número de alunos efetivamente cursando-a, pois a sala do convento onde a aula era ministrada não tinha o espaço suficiente.

O próprio Lycêo não está bem estabelecido porque a parte inferior do Convento do Carmo onde elle se acha é além de pouco acieada e indecente, tão acanhada, que não oferece as indispensáveis acomodações para a Aula de Desenho, na qual apenas se podem admitir 18 alumnos, quando todos os annos mais de 60 desejão dedicar-se à esse estudo, sendo certo que os mesmos 18 não se instruem tanto como seria possível por falta das condições indispensáveis à uma semelhante Aula.(PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 875).

Essa notícia permite-nos inferir, pela primeira vez nessa pesquisa, que o espaço escolar, onde funcionou o *Lyceu Maranhense*, influenciou decisivamente sobre outros aspectos de seu itinerário, como podemos verificar as instalações não

permitem um crescimento da escola no sentido de aumento de alunos atingidos pelo ensino e, segundo o inspetor da instrução, não permitiam que os alunos atingidos avançassem em seus estudos, ou seja, interferia também no rendimento das aulas e na qualidade do ensino ministrado. Podemos ainda perceber que a cultura material se dá para além dos aspectos físicos dos objetos escolares e espaços de ensino, sendo apreendida também através das apropriações que os sujeitos fazem dos espaços que lhe são impostos enquanto locais de ensino.

É durante esse processo de críticas fervorosas e duras veiculadas a respeito das instalações do *Lyceu Maranhense* que se começam discussões defendendo a mudança do dito colégio para outro espaço. Marcamos aqui a terceira etapa relacionada à categoria prédio escolar do *Lyceu Maranhense* retratada nos jornais dentro do nosso período.

O Inspector da instrução publica propõe a mudança do Lyceu para o edificio do Convento de Santo Antonio, e insta pelo concerto das escolas publicas desta Cidade, pela concessão às do interior de certos menses, que são todos os dias reclamados; são estas necessidades materiaes, que cumpre satisfazer, independentemente de qualquer reforma. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1851, ed. 1160).

No corpo desta notícia se discutem, para além dos aspectos concernentes ao prédio do *Lyceu Maranhense*, possivelmente a reforma do ensino público primário sancionada por meio da Lei Provincial n. 267 de 17 de Dezembro de 1849. Dentre as principais determinações desta lei estavam mudanças nos métodos de ensino dividindo o ensino primário em três categorias, de acordo com a quantidade de alunos ensinados e o método utilizado para seu ensino; as escolas que tivessem de dez a trinta e nove alunos se serviriam do método individual de ensino, as que tivessem de quarenta a setenta e nove utilizariam o método simultâneo e as que tiverem de oitenta a cento e sessenta alunos deveriam ensinar por meio do Método Lancastrino.

A respeito do ensino secundário esta lei determinava, dentre outras coisas, que o ensino secundário da província seria ministrado pelo *Lyceu Maranhense*, sendo suprimidas as cadeiras avulsas que houvessem no interior da província a exceção das cidades de Alcântara e Caxias; determinando ordenados e jubilação dos professores; exames de admissão ao ensino secundário dentre outras determinações. (CASTRO, 2009).

Esta lei não foi bem recebida pelos sujeitos envolvidos com a instrução e foi revogada no ano seguinte por meio da Lei n.282 de 28 de novembro de 1850, que

também estabeleceu mudanças na instrução como a supressão de disciplinas ministradas no *Lyceu Maranhense* tais como Gramática filosófica da língua Portuguesa e Calculo e Escrituração por partidas dobras. Estas duas reformas geraram discussões a respeito da instrução pública do Maranhão que transparecem na notícia do Publicador Maranhense anteriormente tratada, neste sentido, vale ressaltar que a década de 1850 foi marcada por reformas na educação maranhense no sentido também de tornar o ensino no Lyceu menos propedêutico e mais científico (CABRAL, 1982).

No que se refere ao prédio do Lyceu a transferência para outro local começa a surgir inicialmente propondo a mudança para outra edificação religiosa o Convento de Santo Antonio também localizado na região central de São Luís. Porém, essa iniciativa acaba por não ser levada em conta e por um tempo essa temática desaparecer das páginas do jornal. No entanto as críticas relacionadas ao governo e as instalações do *Lyceu Maranhense* continuam presentes tendo como plano de fundo a ideia da mudança do prédio. A notícia tratada a seguir retirada das discussões da assembleia provincial mostra que estas questões estão presentes.

Quanto a ter elle pedido metade do aluguel da casa, eu acompanho ao nobre deputado que deu o aparte ao meu illustre amigo sustenta o parecer e impugna a emenda: a casa alugada para a residência do professor, onde elle dá aula, não tem direito o mesmo professor de exigir senão metade do aluguel.

Nós vemos que a província mandou contruir nesta capital prédios para o estabelecimento das escolas publicas: o lyceu funciona em um estabelecimento com o qual os cofres provinciais não despendem cousa alguma, senão com o aceio ou alguns reparos.

Não consigno, como o nobre deputado notou, na minha emenda, verba para utencis, porque o governo os tem mandado dar às aulas. Ainda há muito pouco tempo vi um officio do director dos estudos que a presidencia mandou satisfazer. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1861, ed. 163.

Não são mencionadas durante a discussão acima quais são os prédios que foram construídos para abrigarem escolas, no entanto essa discussão é interessante no sentido de nos fazer perceber o movimento relacionado aos prédios escolares, principalmente por nos mostrar que existiam instituições que possuíam espaço próprio, que haviam outras funcionando em espaços cedidos ou arranjado pelo governo e outras ainda que pagavam o aluguel do prédio em que funcionam.

No caso do *Lyceu Maranhense* era uma instituição que funcionava em prédio cedido pelo governo, era próprio, porém não era um espaço que forneciam condições ideais para o funcionamento de uma instituição de ensino que abrigava todas as

cadeiras avulsas da província. Então, continuam a surgir propostas de mudança de local para esta escola.

O padre Theodoro Antonio Pereira de Castro e outros, proprietários do prédio nobre sito na rua de S. Pantaleão, nº 39, nesta capital, pedem presidência, que mande por em execução o prágrafo 11 art. 20 da lei provincial n. 1155 de 5 de setembro de 1876, que auctorisa a mesma presidência a transferir para o dito prédio o lyceu, afim de funcionar alli as suas aulas. – Informe o Sr. Dr. Inspector da Instrução Publica. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1877, ed. 14, 28).

Esta segunda tentativa de mudança de prédio surge 26 anos após a primeira iniciativa ocorrida em 1851, como visto essa primeira tentativa foi imediatamente abandonada e as discussões a esse respeito das instalações liceístas só apareceram novamente em 1861. Nessa nova publicação não estamos mais tratando de tentativas de mudar o *Lyceu Maranhense* de prédio, a transferência a essa altura já foi aprovada e sancionada pelo presidente de província e as discussões a respeito da inadequação do primeiro andar do Convento do Carmo serviram para que tal mudança ocorresse no sentido de pressionar o poder público nessa direção. O prédio para o qual o Lyceu seria transferido era o n. 39 da Rua de São Pantaleão, não temos detalhes sobre a infraestrutura do dito prédio uma vez que as notícias veiculadas nos jornais não tratam de sua estrutura física, dimensões ou acomodações.

Thesouro Provincial.

Expediente da dia 1º de fevereiro de 1877.

A presidência. – por disposição de lei n. 1155 de 5 de setembro do anno passado, ficou autorizado o governo da província a comprar o prédio n. 39 sito a rua de São Pantaleão, nesta cidade, para nelle funcionar o *Lyceu Maranhense*, e da informação que deu o inspector da instrucção publica se conhece que atento o estado do pavimento inferior do Convento do Carmo, onde actualmente trabalhão as aulas daquelle estabelecimento, torna-se necessária a aquisição desse mesmo prédio, que se acha em boas condições. Se por um lado há vantagens incontestáveis na realização desta compra, por outro apresentão-se difficuldades a vista do estado financeiro da província. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1877, ed. 44).

O governo provincial mesmo após a sanção da lei ainda resiste em despender recursos para a compra do dito prédio. A época relativa a década de 70 do oitocentos foi marcada pela crise financeira no Maranhão por diversos fatores. O Maranhão era a quarta maior economia do país por causa especificamente do algodão, a província exportava seu produto para a Europa e América do Norte que durante os anos de 1861 e 1865 foi marcada pela Guerra de Secessão nos EUA onde os estados do Sul, escravistas e com economia baseada no algodão entraram e guerra contra os estados

do Norte que eram por características mais industriais. Essa guerra modificou drasticamente o mercado internacional alterando os mercados de exportação da Europa, principalmente a Inglaterra, que buscava o algodão americano e passou utilizar outros países para o fornecimento deste produto, foi basicamente essa a causa da prosperidade maranhense baseada na exportação do algodão para os mercados europeus (ROLIM FILHO, 2016).

Com o fim da guerra civil americana os preços e mercados externos do algodão foram voltando à normalidade, a exportação do algodão americano para a Inglaterra voltou a ocorrer e o principal produto de exportação do Maranhão deixou de ser exportado e, conseqüentemente, valorizado, esse fato foi agravado pela proibição do tráfico de escravos no Brasil a partir de 1850¹⁷ mexendo com a única mão de obra com a qual o maranhão contava. Todos estes fatores foram trazendo o declínio à província que não conseguiria se recuperar. Essas dificuldades estavam no hall das alegações do presidente de província que concordava com a mudança de prédio do *Lyceu Maranhense*, mas tinha também que lidar com as dificuldades econômicas e o aperto nas contas públicas que seriam ainda onerados com mais essa aquisição.

Todos estas reflexões nos ocorreram ao dirigirmos nosso olhar para a materialidade escolar do prédio do *Lyceu Maranhense*, as fontes utilizadas mostraram-se ricas em fornecimento de um retrato deste prédio e possibilitaram perceber uma série de assuntos relacionados a esse espaço escolar e suas particularidades. Neste sentido apresentamos ao final de nossa reflexão sobre prédio o quadro contendo os principais termos recuperado através do processo indexatório na categoria prédio escolar.

Estes constituem os assuntos tratados nos dois jornais pesquisados quando se trata de Prédio Escolar os termos recuperados na pesquisa dão uma ideia geral do que se discutia e fornecem termos para a busca nessas fontes que possivelmente possam ser utilizadas por outras pesquisas. Sendo assim, optamos por apresentar estes termos em forma de cabeçalhos de assunto¹⁸ que fornecem uma ideia resumida

¹⁷ Por meio da Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850.

¹⁸ Para Cesarino e Pinto (1978) os cabeçalhos de assunto consistem em uma linguagem de indexação exercendo três funções distintas: a) representar o assunto de um documento, b) permitir coincidência entre a linguagem do indexador e do pesquisador e c) permitir a modulação do nível de pesquisa do grau Geral para o específico.

do que tratava cada notícia individualmente. A seguir apresentaremos a próxima categoria identificada na pesquisa.

QUADRO 2 - Prédio escolar do *Lyceu Maranhense* - 1ª, 2ª e 3ª fases

Publicador Oficial e Publicador Maranhense (1838 - 1885)		
Subcategoria	Ano/edição	Assunto
Prédio escolar	1838, ed. 632	Criação do Liceu – Utensílios – Prédio.
	1838, ed. 641	Acomodação – Prédio – Reforma.
	1838, ed. 642	Plano e orçamento –Obras – Reforma.
	1838, ed. 642	Acomodação do Lyceu - Convento do Carmo
	1838, ed. 649	Professores-Aulas provisórias em casa – obras Lycêo.
	1839, ed. 674	Abertura do Lycêo – inauguração do prédio.
	1844, ed. 196	Prédio escolar – aula de desenho – Convento do Carmo
	1844, ed. 230	Desligamento - Escola Normal - Lyceu.
	1844, ed. 234	Eschola Normal – Desligada do Lyceu - Convento das Mercêz.
	1846, ed. 397	Número de alunos do Lyceu - Desligamento da Eschola Normal – Aula de desenho.
	1849, ed. 875	Alunos matriculados no lyceu - Acommodações do Lyceu.
	1851, ed. 1160	Mudanças na Instrução pública - Transferência do Lyceu - Convento de Santo Antonio.
	1861, ed. 163	Acomodações do lyceu – Crítica ao Poder público – Sr Jacarandá.
	1877, ed. 014; 028	Transferência - prédio do Lyceu – Rua de São Pantaleão.
	1877, ed. 44	<i>Lyceu Maranhense</i> – Compra do prédio – Rua São Pantaleão.
1885, ed. 06	<i>Lyceu Maranhense</i> – Concertos.	

Fonte: O autor, 2018

4.2 Materiais Visuais, Sonoros e Táteis

O *Lyceu Maranhense* durante certo período foi a única instituição de ensino secundário com a qual contou a província do Maranhão no oitocentos sua instalação visava retirar o atraso educacional que se refletia em um ensino secundário avulso e sem nenhuma estruturação, neste sentido esta instituição educativa querendo ou não serviria de modelo de ensino para as demais escolas do Maranhão, seja pelos Métodos de ensino, pelos professores ou mesmo pelas instalações e materiais utilizados para ensinar.

Durante a pesquisa nos jornais na subcategoria de Materiais visuais, sonoros e táteis todo o período relativo ao início da ação educativa não foi mapeado, pois O Publicador Oficial não forneceu notícias sobre esta subcategoria, logo a análise destes materiais de ensino só se iniciou no âmbito do Publicado Maranhense a partir de 1844, nesse periódico as notícias referentes aos materiais escolares eram quase sempre atinentes ao fornecimento e abastecimento do *Lyceu Maranhense*, mas existem notícias do colégio se desfazendo de materiais que não eram uteis, e outras ainda que nos mostravam aspectos ligados à vestimenta indicando que existiam espaços nos quais os estudantes guardavam chapéus e outras peças do vestuário, como na edição 162 do Publicador Maranhense.

Accuso recebido o officio, que Vmc. Me dirigio com data de 10 do corrente, sob n. 119, expondo que se achão muito sujas as paredes das Aulas Publicas de primeiras Letras d'esta Cidade, e bem assim a necessidade de quatro cabides, que tenham quarenta tornos, afim de n'elles collocarem os Estudantes do Lyceu os seus chapeos em quanto estão nas Aulas. – Sobre estes objectos cumpre-me dizer-lhe que authorizo à Vmc. A mandal-os fazer, remettendo-me a conta para ser paga pela Repartição competente. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 162).

Era proibido aos alunos do *Lyceu Maranhense* pelo regulamento do estabelecimento de 1838, no capítulo IV, art. 23, circular dentro das dependências da escola usando chapéu ou permanecer no local após as aulas. Sendo assim, era necessário um local onde os alunos pudessem deixar suas peças de vestuário, uma vez que essa era uma determinação dos regulamentos da instituição, era também de responsabilidade da instituição o cuidado com os pertences de seus alunos. Neste sentido, encontramos a execução desta norma em uma das notícias do jornal onde o porteiro denúncia ao diretor sobre a desobediência de um aluno.

n. 47.- Illm. e Exm. Snr.-Havendo-me o Porteiro d'esta Casa, João Moraes Rego, dado parte na quarta-feira de que o Estudante da Aula de Commercio, Luiz Augusto dos Reys costumava a andar com o chapeu na cabeça dentro

do recinto d'este Lyceu, e que sendo por elle Porteiro advertido não o quizera attender ou antes o desatendêra, hoje, visto que então já o dito, estudante se não achava na Casa, fil-o vir a minha presença, para executar o disposto no art. 20º dos Estatutos- O Estudante não negou o facto, mas julgado defender-se declarou que assim procedia, porque o Porteiro não merecia respeito algum, pois vinha negociar com os Estudantes, do que erão testemunhas alguns dos collegas, que elle nomeou e que estando presentes não o contrariarão, O Secretário do Lyceu com quem depois de retirados os Estudantes, e o Porteiro, estive lastimando a miseria deste Empregado, que ficou interdito e confuso na occasião em que foi accusado, assegurou-me que deste comportamento não era a primeira vez que elle era arguido. À vista de tudo isto entendi que era do meu rígoroso dever não demorar por um só momento a communicação do exposto a V. Ex. afim de que haja V. Ex. de exonerar o mesmo Rego do logar que deshonra, não só por se deixar peitar com davidas (sic.) para não cumprir com seus deveres, mas porque é tão inepto, que é objecto de escarneo, e de desprezo aos Alumnos deste Estabelecimento, cujo silêncio, e bom andamento depende em grande parte do Porteiro, segundo as atribuições que lhe estão marcadas nos Estatutos. - Deos Guarde a V. Ex.- Lyceu do Maranhão em 27 de Abril de 1849.-Illm. e Exm. Snr. Herculano Ferreira Penna Presidente da provincia.- O Inspector - Dr. Cazimiro José de Moraes Sarmiento. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 806)

Como podemos perceber há um grande espaço destinado a essa notícia no jornal muito por conta da exoneração de um funcionário do *Lyceu Maranhense*, uma instituição de nome no Maranhão, que prestava-se à corrupção com os alunos do estabelecimento passando a não obter o respeito por parte dos alunos que descumpriam os regulamentos da instituição. É interessante, sobretudo, perceber o quanto a dimensão material da escola tem influência sobre todos os outros aspectos do ensino no Lyceu, pois como acabamos de ver todo esse fato foi desencadeado por um aspecto que parece corriqueiro e banal, a circulação em um recinto utilizando chapéu, mas que era de suma importância em um ensino punitivo e fiscalizador que marca o período oitocentista como um todo e é marca também do *Lyceu Maranhense*.

Não podemos, portanto, pensar em materialidade escolar dissociada do processo educativo, como apenas uma moldura ou um invólucro onde ele ocorre, a dimensão material da escola dialoga com os mais diversos seguimentos do cotidiano escolar sendo parte integrante deste e ocupando-se desde a organização do espaço escolar até mesmo interferindo no comportamento e aprendizagem dos alunos. Um exemplo disso é que a tão criticada aula de Desenho do Lyceu não sendo possuidora das comodidades necessárias em sua sala para a plena realização também não possuía os materiais necessários para que pudesse ser ministrada, fato resolvido através da compra dos mesmos:

Mande Vmc. Pagar ao Inspector da Instrução Publica a quantia de 5ç600 rs., despendida com um porta-modelos, banquinho e taboa para a Aula de Dezenho do Lyceu d'esta cidade, como consta do incluso recibo. Comunicou-se ao Inspector da Instrucção Publica (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, 198).

A importância do aparelhamento das aulas do *Lyceu Maranhense* havia sido assumida junto à lei de criação da escola, quando o governo assume a responsabilidade de providenciar tanto sobre o prédio quanto a respeito dos materiais e utensílios indispensáveis para o seu funcionamento. No entanto nem todas as notícias tratadas no *Publicador Maranhense* que se ocupam dos materiais escolares falam de problemas relativos a escola ou as aulas, na edição 758 a publicação traz a íntegra da ata de reunião da Congregação do *Lyceu Maranhense* que tem como um dos seus assuntos a distribuição dos prêmios do ano letivo para os alunos de destaque.

FIGURA 4 - Prêmio do *Lyceu Maranhense*

¹ Modelo da medalha do Liceu.



Fonte: Castro, 2009

A distribuição dos prêmios do Lyceu era uma das atividades atribuídas à Congregação dos professores da instituição que possuíam ligação com o meio material da escola, a sua outra atribuição ligada a cultura material era a de selecionar os Livros e Revistas escolares que seriam adotados no próprio lyceu ou na instrução pública primária. O *Publicador Maranhense* nos ofereceu diversos tipos de notícias tratando de objetos escolares sejam de prêmios escolares tratados em atas da congregação, sejam tratadas em notícia sobre o fornecimento de diversos materiais do cotidiano escolar, essa variedade de tipos de informação indica que, na fonte, os

objetos materiais são tratados em locais diferentes e sob diferentes perspectivas. Neste sentido, nos deparamos algumas vezes com notícias relacionadas ao fornecimento de materiais de ensino para o Lyceu.

-Ao Inspector do thezouro Publico Provincial- mande Vmc. pagar à Casa de Feliciano Marques & C.^a a quantia de setenta e tres mil e duzentos reis importância de um jogo de globos, que por ordem desta Presidencia forão comprados pelo Inspector da Instrucção Publica para uso da Aula de Geographia e História do Lycêo desta Cidade, como consta da conta inclusa. Comunicou-se ao Inspector da Instrucção Publica (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, ed. 951).

Acreditamos que o fornecimento de materiais para o Lyceu nos informa, para além da natureza dos próprios objetos identificados, possibilitando-nos vislumbrar o negócio que envolve fornecedores de materiais ao Lyceu tais como, Antonio Ramos de Almeida, Carlos Andres e Gonçalves & Pinto; a exemplo dos materiais identificados, desde armários até globos e o processo licitatório para a compra de materiais.

Gonçalves & Pinto, pedem providencias sobre o pagamento de uma conta existente na thesouraria de fazenda, na importância de 43\$420 réis de objectos que os supplicantes forneceram para o lyceu desta capital, por ocasião dos exames que alli se fizeram o anno passado, visto que não há naquella repartição verba destinada para esse pagamento. – Informe a thesouraria de fazenda. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1875 ed. 127).

A demanda por objetos escolares e até mobília no período aparece como outro aspecto constante nas notícias e que compõe o quadro da cultura material do *Lyceu Maranhense*, o fato de os exames exigirem toda uma logística diferente na busca por materiais que possibilitassem essa aplicação aos estudantes que se submetessem aos mesmos.

Por outro lado que estes objetos eram assunto que ocupava certa importância em si tratando do hall das notícias sobre o Lyceu, muito por conta de essas notícias afetarem diretamente a população que lia o jornal, um exemplo disso ocorre quando identificamos uma espécie bazar de objetos velhos pertencentes ao Lyceu convidando a todos os interessados.

1^a secção.-Palácio da presidencia da província do Maranhão, 25 de junho de 1857.

Faça Vmc. vender os objectos velhos, que não são preciosos no lycêo desta cidade, constantes da relação que acompanhou o seu officio de 23 do corrente, uma vez que se achem inúteis, e no caso de serem dados à consumo.

Deus guarde a Vmc.- *Benvenuto Augusto de Magalhães Taques*.-Snr. Administrador interino das obras públicas. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1857, ed. 145).

Esses aspectos nos apontam para diversas possibilidades indicando a interação e a influência dos objetos escolares, uma vez que sabendo que existe essa possível ligação direta *Lyceu Maranhense* e sociedade maranhense e que tal relação se dá através do universo material da instituição, mesmo que seja um material já sem utilidade ao Lyceu. Precisaríamos de mais tempo e de mais indícios presentes nas fontes para tratarmos dessa ligação mais profundamente, porém essa simples menção de uma relação existente e ativa nos fornece meios para sondar até onde a dimensão material do *Lyceu Maranhense* se estende e como essa dimensão influencia também o cotidiano extraescolar. Percebemos em outra notícia essa mesma relação sociedade/Lyceu de uma forma diferente da anterior e que também nos permite apreender os dispositivos legais ligados ao fornecimento de insumos materiais para essa instituição de ensino.

O Sr. Dr. Inspector da instrução Pública manda, pelo presente edital convida as pessoas que desejarem concorrer ao fornecimento dos objectos precisos para o expediente do lyceu no mez de Março vindouro, À apresentarem nesta secretaria as respectivas propostas, em cartas fechadas, até o dia 28 deste mez as 11 horas da manhã.

Secretaria da Instrução Pública do Maranhão 24 de fevereiro de 1878. O secretário, Marianno Cesar de Miranda Lêda. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1878, ed. 49)

O processo licitatório ligado ao fornecimento de materiais escolares se revela perante a concorrência pública onde qualquer interessado podia participar. Sendo assim podemos inferir que apesar da identificação dos fornecedores ocorrida anteriormente, talvez esses nomes se modificassem constantemente e o *Lyceu Maranhense* não possuísse fornecedores fixos, no entanto torna-se difícil a verificação desta afirmação, pois não encontramos após a notícia acima nenhuma menção nos jornais sobre os vencedores desse processo licitatório para confirmar se os nomes se repetem ou se modificam.

Após esta breve explanação a respeito das impressões sobre os materiais visuais, sonoros e táteis utilizados pelo *Lyceu Maranhense* suscitadas pela busca no Publicador Maranhense devemos encerrar esta etapa com um quadro geral tanto das notícias e termos identificados no jornal, quanto um apanhado geral também das nossas impressões. O alcance da materialidade escolar do Lyceu enquanto relação entre indivíduos envolvidos diretamente com a instituição, tal como o porteiro João Moraes Rego exonerado da instituição após denunciar um aluno que transitava de chapéu pelas dependências da escola, como também os indivíduos envolvidos nos negócios referentes a objetos escolares, a exemplo de Antonio Ramos de Almeida,

que forneceu objetos para auxiliar na prestação dos exames, e as pessoas comuns que se interessassem por essa materialidade, seja para adquirir ou vender estes materiais, demonstram a grandeza e a influência do aparato social *Lyceu Maranhense* na sociedade que o circunda manifestadas por estas relações traçadas nas diversas facetas do processo de escolarização.

QUADRO 3 - Temas relacionados aos Materiais Visuais Sonoros e Táteis

Publicador Maranhense		
Subcategoria	Data	Assunto
Mobiliários, materiais visuais sonoros e táteis	1844 (ed. 162)	Armários para chapéus - Lyceu.
	1844 (ed. 198)	Porta-modelos, banquinho e taboa - Aula de Dezenho do Lyceu.
	1849 (ed. 758)	Prêmios do ano letivo – Lyceu
	1849 (ed. 758)	Prêmios do ano letivo – Lyceu
	1849 (ed. 806)	Código de Vestimenta - Lyceu.
	1850 (ed. 951)	Compra - Jogo de globos- Casa de Feliciano Marques & C. ^a - Aula de Geographia e História - Lyceu.
	1857 (ed. 145)	Venda dos materiais inúteis - Lyceu.
	1875 (ed. 127)	Fornecimento de objetos – <i>Lyceu Maranhense</i> – Gonçalves & Pinto.
	1878 (ed. 049)	Fornecimento de objetos – <i>Lyceu Maranhense</i> – Concorrência pública.
	1879 (ed. 240).	Fornecimento de objetos –Pereira Ramos de Almeida & C. ^a - Carlos Andres - <i>Lyceu Maranhense</i> – Pagamento.
	1879 (ed. 247)	Despesas com objetos – <i>Lyceu Maranhense</i> – Exames geraes de preparatórios.
	1885 (ed. 82).	Mobília – escola pública 1 ^o freguesia – <i>Lyceu Maranhense</i> – Exames.

Fonte: O autor, 2018.

4.2 Livros e Revistas escolares

Existem múltiplos trabalhos a respeito da temática do livro no Maranhão no oitocentos dos quais destacamos Castellanos (2010; 2012; 2017), Costa (2013) e Soares (2009) tratando o primeiro da temática do livro didático no Maranhão na perspectiva de traçar um quadro geral sobre este artefato; a segunda autora trata de livro didático referindo-se especificamente a obra “O Livro do Povo” de Antonio Marques Rodrigues, a terceira autora trata dos livros didáticos de matemática utilizados no processo de escolarização. Nossa pesquisa não teve como foco tratar do livro escolar em todas as suas dimensões, no entanto o livro escolar também

constitui um dos objetos componentes da cultura material escolar. Neste sentido trataremos aqui do livro unicamente como mais um dos artefatos escolares não tendo a intenção de analisá-los enquanto um artefato portador de discursos ideológicos e de ideias educacionais tendo consciência da limitação imposta ao nosso leitor ao tomarmos essa decisão, pois abrimos mão de uma parte indissociável e extremamente rica e importante na discussão sobre os livros em detrimento da outra, uma vez que o objeto desta pesquisa é traçar um quadro da cultura material do *Lyceu Maranhense* e os livros, por consequência, fazem parte desse quadro.

Identificamos uma série de títulos de obras utilizadas nas diversas disciplinas do *Lyceu Maranhense* e seus autores, no entanto antes de procedermos para os títulos e seus autores é preciso lançar olhar sobre um aspecto muito importante quando tratamos do tema livro escolar nesta instituição a Congregação dos Professores do *Lyceu Maranhense*. Era de responsabilidade dessa congregação a escolha dos compêndios que seriam utilizados no *Lyceu Maranhense* e esse poder de censura acabava influenciando também nas instituições de ensino primário da província, pois muitas vezes livros de ensino elementar eram também submetidos à sua avaliação. O poder de censura exercido por esta congregação fazia com que os próprios professores acabassem se utilizando dessa influência em causa própria, submetendo e aprovando suas obras para a adoção no Lyceu e também na instrução Pública Provincial.

Dentre os professores que identificamos e tinham livros escritos e utilizados para o ensino no *Lyceu Maranhense* destacamos Francisco Sotéro do Reis, Padre Antônio da Costa Duarte, Felipe Benício de Oliveira Condurú e Frederico Magno de Abranches estes últimos aparecem submetendo suas obras para a congregação no ano de 1849.

[...] submitter ao seu exame duas Grammaticas, uma da Lingua Latina, e outra da Lingua Portugueza, arranjadas a primeira por Frederico Magna de Abranches, antigo Professor do Lyceu, e a segunda por Felipe Benício d'Oliveira Condurú, Professor da Eschola Normal de Primeiras Letras, e vê-se si podem ser adoptados para uzo das Aulas desta Provincia. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 758).

O professor Felipe Benício de Oliveira Condurú¹⁹ foi o primeiro diretor da Escola Normal e era um escritor dedicado aos estudos da gramática e de obras destinadas à

¹⁹ Além da Gramática Elementar da Língua Portuguesa o autor compôs e Publicou um Pequeno Compêndio de Geografia e um Primeiro Livro de Leitura obra que não pôde imprimir e só foi aproveitada manuscrita. (NOGUEIRA, anais do xiii CNLF, 2009.)

primeira escolarização, além de figurar algumas vezes no *Publicador Maranhense* anunciando Aulas particulares para o ingresso de jovens alunos no próprio *Lyceu Maranhense*.

-F. B. d'O. Condurú, morador nas casas n. 72 na rua da Paz, a prompta Meninos com os preparatórios exigidos para serem admitidos no Lyceu desta cidade. As pessoas, que quizerem utilizar-se de seu préstimo, o poderão procurar a qualquer hora dos dias uteis não sendo das 6 as 8 da manhã. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 191, p. 4).

A formação profissional de Condurú foi, em grande parte, subvencionada pelo Poder Público da Província que no início do ano de 1839 o enviou à Paris para estudar pedagogia, notadamente para aprender e posteriormente aplicar o Método de Lancaster²⁰. Ao fim deste ano quando retornou a província do Maranhão foi nomeado diretor da Escola Normal que foi instalada pela primeira vez na década de 1840 por tentativa impetrada pelo governo.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1^a. O Presidente da Província fica autorizado a mandar para a França um sujeito de reconhecida, e indisputável habilidade a fim de aprender praticamente o ensino pelo método Lancastrino, o qual assim instruído venha reger uma Escola Normal na Capital da Província. (CASTRO, 2009, p. 50).

Frederico Magno de Abranches fez parte do primeiro quadro docente do *Lyceu Maranhense* ministrando a cadeira de Filosofia Racional e Moral e participou também da redação do jornal *Argos da Lei* que foi inaugurado em 25 de janeiro de 1825 sob a direção de Odorico Mendes. Além disso, foi deputado eleito para a Assembleia Geral da Legislatura (1834 -1837) e participou da *Setembra* (MARQUES, 2008).

A cerca dos livros escolares identificados durante a pesquisa no *Publicador Maranhense* e ligados ao *Lyceu Maranhense* percebemos que grande parte destas obras apareciam sendo submetidas à análise da Congregação do Lyceu, logo este fato era acompanhado de perto pelo jornal sendo considerado um tema de interesse público. Apareciam também anúncios de venda destes livros e notícias relacionadas a compras desses materiais como é característica do *Publicador Maranhense* a variedade e variabilidade tanto dos tipos de notícias relacionadas a um tema quanto dos locais onde a notícia aparece na geografia do escrito se refletem nas subcategorias que estudamos.

Acaba de sahir dos prelos do Sr. Antonio Pereira Ramos de Almeida, largo do Palácio, convenientemente resumido por pessoa competente, o compendio de grammatica da língua franceza por Chapaal.

²⁰ Esta ação foi permitida ao presidente de província por meio da Lei N. 76, de 24 de Julho de 1838.

Este compendio, que é adoptado na aula de francez do Lyceu e em vários collegios deste capital, sobre ser um dos melhores da língua franceza, acha-se hoje tão resumido e tão apropriado para ser lido nas escolas de instrução secundárias da província, que não deixará de ser procurado para isso, principalmente tendo no fim um aditamento da conversão franceza sobre vários assumptos do trato civil, cuja utilidade ninguém desconhecerá. Acha-se à venda por preço muito razoável. Maranhão 23 de junho de 1866. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, ed. 147, p. 3).

Os anúncios de títulos de livros são temas comuns na imprensa oitocentista e mostram que o livro escolar, além de ser um objeto de cultura material e um portador de ideias pedagógicas e discursos ideológicos, constitui também uma mercadoria componente de um rentável comércio que se utilizava dos jornais como vitrine de seus produtos e da fama dos autores destas obras, que muitas vezes possuíam renome na sociedade, como principais recursos para alavancar este mercado. O *Lyceu Maranhense* era, de certa forma, o maior beneficiário deste mercado por vários motivos, primeiro por ser o gerador de boa parte da demanda por livros escolares posto que suas disciplinas necessitavam desses livros, em segundo lugar os professores da instituição estavam entre os principais autores de obras escolares e tomavam esta função de escritor como uma profissão paralela a de professor, outro aspecto deste mercado estava no processo de aprovação das obras que ficava a cargo da Congregação dos Professores do Lyceu. Todos estes aspectos acabaram por tornar o *Lyceu Maranhense* como a principal instituição quando se trata de demanda por livros escolares na província do Maranhão no oitocentos.

As notícias do Publicador Maranhense nos possibilitaram identificar uma série de livros escolares adotados no *Lyceu Maranhense* muitos deles escritos pelos seus lentes no quadro abaixo trazemos todos os livros escolares que conseguimos identificar e seus respectivos autores da forma que se apresentaram nas notícias.

QUADRO 4 - Lista dos livros identificados no Publicador Maranhense (1844 -1884)

Publicador Maranhense	
Autor	Título
Bezout	Compêndio de Geometria
Euclides	Compêndio de Geometria
Abbade Gualtier	Compêndio de Geometria
Luiz Cavalcanti Vellez de Guevara	Compêndio de Geometria
Tissot	Compêndio de História Universal
Frederico Magno de Abranches	Grammática da Língua Latina
Padre Antônio da Costa Duarte	Compêndio de Gramática PhilosóPhica da Língua Portuguesa e Anályse dos Clássicos
Felipe Benício de Oliveira Condurú	Gramática Elementar da Língua Portuguesa
Chapaal	Compêndio de Gramática da Língua Francesa
J. G. Eichhoff	Selecta Inglesa Marccauxchosis em prose et em vers des classiquesanglais.
Antonio Augusto Rodrigues	Compêndio de Geografia
Dr. Amaro Cavalcante	TheBrazilian Language and its angglutination

Fonte: O autor, 2018.

Queremos ainda após esta breve apresentação das obras escolares relacionadas ao Lyceu apresentar outro quadro referente os assuntos identificados no processo de escrutinação das fontes relativas a nossa categorização. O objetivo deste trabalho foi traçar uma história da cultura material escolar do *Lyceu Maranhense* por meio da imprensa periódica oficial oitocentista e para isso fizemos uso das técnicas de análise de assunto da Biblioteconomia no sentido de indexar as notícias e determinar os assuntos do qual elas tratam a fim de elaborar uma categorização desta cultura material, e nesse contexto precisamos aqui apresentar como anteriormente tal categorização e os termos que determinam os assuntos de cada notícia na intenção de possibilitar uma melhor recuperação destes temas nas fontes.

QUADRO 5 - cultura material relacionado à categoria Livros e Revistas escolares

Publicador Maranhense		
Subcategoria	Data	Assunto
	1844 (ed. 153)	Materiais e compêndios –Lyceu
	1844 (ed. 163)	Livros para o Lyceu.
	1844 (ed. 183)	Compêndios de língua inglesa do Lyceu
	1844 (ed. 229)	Substituição - Compêndio de geometria - Bezout→Euclides.
	1848 (ed. 654)	Compêndios adotados - Lyceu.
	1849 (ed. 758)	Prêmios do ano letivo - Livros para aprovação - Lyceu.

Livros e Revistas escolares	1863 (ed. 35, 102; 106; 114; 116; 117; 121; 132; 144; 150; 152; 155; 187).	Compêndio de gramática Philosophica da Língua portuguesa – Padre Antonio da Costa Duarte – prelos do Snr. Ramos de Almeida.
	1866 (ed. 147; 148; 156; 159; 161; 162; 170).	Compêndio de Gramática da Língua Franceza por Chapaal – Prelos do Sr. Antonio Pereira Ramos de Almeida – Aula de francez do Lyceu.
	1866 (ed. 151).	<i>Compêndio aula de inglez do Lyceu-Marccauxchosis em prose et em vers des classiquesanglais.</i> -J. G. Eichhoff.
	1875 (ed. 026).	Antonio Pereira Ramos de Almeida & C. – livros para exames geraes – Lyceu.
	1876 (ed. 85).	Compêndio de geographia – Prof. Antonio Augusto Rodrigues – Exame pela congregação do Lyceu.
	1884 (ed. 110)	Archivo do Lyceu – obra: The Brasilian Language and its angglutination. – Dr. Amaro Cavalcante.

Fonte: O autor, 2018.

A categorização dos materiais escolares pertencentes ao processo educacional do *Lyceu Maranhense*, aqui apresentada, foi possível através dessa indexação dos assuntos materializadas nos quadros de cada categoria. Para além dessa categorização e do processo indexatório feito, foi possível extrair dos jornais um quadro da cultura material escolar dessa instituição, percebendo a natureza dos objetos escolares, sua importância, usos e sujeitos que integravam o projeto educacional pretendido por essa escola, bem como as dificuldades enfrentadas no percurso.

5 CONCLUSÃO

A investigação dirigida à cultura material do *Lyceu Maranhense* se mostrou campo fértil de atuação. As fontes utilizadas nos fizeram perceber a extensão deste objeto de pesquisa, bem como as possibilidades de continuidade das inquirições estendendo-as a outras fontes e com outros olhares; por este motivo acreditamos que essa pesquisa não se encerrará no fim desta conclusão. Nenhuma outra instituição de ensino é tantas vezes mencionada nos jornais que pesquisamos, principalmente, quando centramos nossa análise nos objetos escolares. O *Lyceu Maranhense* detinha o posto de maior escola de instrução secundária da província, pois era preciso que todos os aspectos dirigidos ao seu ensino servissem de exemplo para a escolarização, o que mostra um pouco da representação desta instituição que pretendíamos analisar.

O período oitocentista é marcado pelo surgimento das escolas que dão início aos primeiros investimentos no ensino secundário por todo o país, empreendidos pelo poder imperial. Essa demanda urgente e repentina surge pela criação de uma instituição de ensino secundário e de grande porte no Maranhão, a qual trouxe consigo necessidades materiais imprescindíveis. Nesse sentido, era preciso instituir esse estabelecimento num prédio adequado, e supri-lo de todos os utensílios que se fizessem necessários para o pleno funcionamento, dotá-lo de livros didáticos que possibilitassem o ensino e providenciar professores e funcionários aptos para a missão de ensinar e também fiscalizar os alunos desta nova escola.

Neste trabalho nosso objetivo foi verificar como a garimpagem dos discursos expressos nas fontes possibilitou compreender os artefatos da cultura material escolar no *Lyceu Maranhense*, uma vez que a compreensão das fontes utilizadas foi crucial para a realização do estudo, pois a caracterização e sistematização dos jornais possibilitaram a apreensão mais ampla dos artefatos da cultura material escolar nessa instituição não apenas enquanto objeto, mas como mais um dos aspectos componentes da escolarização.

No entanto a natureza dos jornais pesquisados, as particularidades de cada publicação e da própria imprensa periódica local nos ofereceram desafios e abriram lacunas no retrato da cultura material aqui pretendido. O *Publicador Oficial* nos anos de 1838 e 1839 nos fornece um mapeamento detalhado das ações do governo provincial a respeito do *Lyceu Maranhense* sobre o prédio escolar; no entanto, as

notícias praticamente somem nos anos que se seguem deixando nas sombras os anos de 1840 e 1841.

Por sua vez o *Publicador Maranhense* nos indica uma variedade maior de informações quanto ao tipo dos materiais, porém o volume de notícias e o afastamento temporal de uma para outra não nos apontam detalhes sobre aspectos como o atendimento de solicitações de materiais, a aprovação ou não de livros submetidos à congregação do *Lyceu*, entre outros detalhes que nos auxiliariam.

Ao identificar os sujeitos envolvidos na produção dos jornais e suas relações com o estabelecimento conseguimos traçar uma teia de relações entre os professores da instituição e os membros dos jornais analisados. A ação desses lentes na imprensa era, em alguns casos, extensa a exemplo de Francisco Sotero dos Reis e Temístocles Aranha, que atuaram como redatores de diversos jornais.

Quanto à materialidade do *Lyceu Maranhense* percebemos que ela foi influenciada por essas relações, principalmente, no que se refere aos livros adotados na instrução e divulgados na imprensa periódica favorecendo, especialmente os professores/escritores que utilizando sua influência na congregação dessa instituição e na imprensa conseguiam dar rumo as suas obras didáticas.

Porém, não foram identificados todos os sujeitos envolvidos com a produção dos jornais utilizados, nos deixando mais uma vez lacunas na análise, devido à alta rotatividade e mudanças de nomes nas redações da imprensa e também no quadro de professores do *Lyceu* que se modificou diversas vezes durante o período analisado.

Também foi nossa pretensão mapear os objetos da cultura material que contribuíram para a escrita da história desta escola, e nessa direção, conseguimos, além da realização deste mapeamento, propor uma categorização destes materiais de acordo com a natureza das notícias identificadas sobre cada tipo de artefato.

Os artefatos escolares mapeados foram divididos em categorias de acordo com os assuntos tratados, a saber: Prédio escolar, Materiais visuais, sonoros e táteis e Livros e compêndios. Esse mapeamento nos possibilitou ter ideias do quão amplo pode ser o aspecto material de uma instituição de ensino com forte representação social, como é o caso do *Lyceu*, e dos aspectos que influenciavam e faziam parte dos contextos materiais da escola.

Essa categorização também nos impôs limitações, uma vez que a natureza das notícias dos jornais não ofereceu as notícias sobre a materialidade escolar que

pretendíamos antes da realização do estudo. Nesse sentido, o quadro de cultura material que esperávamos alcançar no início da investigação foi diferente do que efetivamente conseguimos obter, uma vez que, quem dita as regras da pesquisa histórica sempre são as fontes utilizadas e não o pesquisador.

Com relação à proposta de compreender o processo de indexação na análise das fontes históricas adotadas na pesquisa foi determinante no sentido de definir os temas tratados por cada notícia, excluindo as que não nos interessavam, organizando e sistematizando as que fossem úteis para o quadro da materialidade escolar, segundo a natureza de cada registro.

Consideramos que a principal limitação enfrentada na realização da indexação foi o volume de notícias, pois se tornou inviável avaliar as outras notícias que tratavam de temas diversos à cultura material do estabelecimento que poderiam ajudar no entendimento da dinâmica do ensino liceísta.

Estudar a cultura material do *Lyceu Maranhense* durante o período imperial nos possibilitou compreender dentre outras coisas, o que era preciso para manter o funcionamento da escola. Para além dos materiais de ensino e prédio escolar, era preciso manter firmes relações entre professores, jornalistas, inspetores, alunos, fornecedores e a própria sociedade civil. Avançamos na compreensão de que os artefatos escolares não podem ser entendidos como meros componentes da escola, isolados dos seus contextos e cotidianos; eles fazem parte de forma imprescindível e decisiva da escolarização.

REFERÊNCIAS

- ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. **Constituição do império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1886.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **Práticas leitoras no Maranhão na primeira república**: entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010. 296 p.
- CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013, 156 p.
- CASTRO, César Augusto (Org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império**: 1835-1889. São Luís: EDUFMA, 2009, 464 p.
- CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (Org.). **A Escola e seus Artefatos Culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013, 224 p.
- CESARINO, M. A . N., PINTO, M. C. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.
- CESARINO, M. A . N., PINTO, M. C. F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel. p. 13-67. 1988.
- ESPINDOLA, Ariana Moreira. **Papéis da escravidão**: A matrícula espacial de escravos (1871). 2016. 251 p. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 30, n. 1,p. 139-159, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 14 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000100008>
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, 325 p.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. 2. ed. São Luis: Instituto Géia, 2003. 473 p.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. 2. ed. São Luis: Instituto Géia, 2003. 473 p.

JORGE, Sebastiao. **Imprensa do Maranhão no século XIX 1821-1900**. São Luís: EDITORA, 2008.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Paedagógica histórica. International Journal of the history of education. 1995. p. 353-382.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário historico-geografico da província do Maranhão**. 3.ED. São Luís: Aml, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Simpósio Nacional de História Antiga, 1, 1983, João Pessoa. **Anais...** UFPB, 1983.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOGUEIRA, Sônia Maria. Estudos historiográficos e o ensino de língua portuguesa CNLF, 13, **Anais ...** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 1408.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. Caderno Anped. n. 5, 1993.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In. CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 43-68.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, 132 p.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p. 265-268, jan./dez. 1996.

RIBEIRO, Vania Mondego. **A Implantação do Ensino Secundário Maranhense: Liceu Maranhense**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?**. 2016. 103 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, 2016.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela. **Materialidade escolar em cena**: um pouco da produção na História da Educação. In: CASTRO, Cesar Augusto; VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luis (Org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 35-59.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VALOIS, Maria do Socorro. **A Educação Secundária no Brasil à Luz do Financiamento da Educação**: um estudo sobre o seu caráter elitista e seletivo. In: Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 7. 2012, Recife. **Anais...**Recife:UFPE, 2012.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 0, set./dez. 1995, p. 63-79.

FONTES DOCUMENTAIS

O PUBLICADOR OFFICIAL, 16 de agosto de 1838, ed. 632, p. 2.

O PUBLICADOR OFFICIAL, 9 de outubro de 1838, ed. 641, p. 3.

O PUBLICADOR OFFICIAL, 8 de outubro de 1838, ed. 641, p. 3

O PUBLICADOR OFFICIAL, 9 de outubro de 1838, ed. 642, p. 3

O PUBLICADOR OFFICIAL, 10 de outubro de 1838, ed. 643, p. 3.

O PUBLICADOR OFFICIAL, 7 de novembro de 1838, ed. 649, p. 2.

O PUBLICADOR OFFICIAL, 18 de Fevereiro de 1839, ed. 674, p. 4.

PUBLICADOR MARANHENSE, 28 de fevereiro de 1844, ed. 162, Ano II, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 3 de julho de 1844, ed. 196, Ano II., p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 30 de outubro de 1844, ed. 230, Ano II, p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 12 de junho de 1844, ed. 191, Ano II, p.1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de julho de 1844, ed. 198, Ano II, p.3.

PUBLICADOR MARANHENSE, 13 de novembro de 1844, ed. 234, Ano II, p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 27 de junho de 1846, ed. 397, Ano IV, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 20 de janeiro de 1849, ed. 758, Ano VIII, p. 4.

PUBLICADOR MARANHENSE, 24 de outubro de 1849, ed. 875, Ano VIII, p. 4.

PUBLICADOR MARANHENSE, 15 de maio de 1849, ed. 806, Ano VIII, p. 3.

PUBLICADOR MARANHENSE, 27 de abril de 1850, ed. 951, Ano VIII, p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 16 de janeiro de 1851, ed. 1160, Ano IX, p. 3.

PUBLICADOR MARANHENSE, 30 de junho de 1857, ed. 145, Ano XV, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 19 de julho de 1861, ed. 163, Ano XX, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 28 de junho de 1866, ed. 147, Ano XXV, p. 3.

PUBLICADOR MARANHENSE, 5 de junho de 1875, ed. 127, Ano XXIV, p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 19 de janeiro de 1877, ed. 014, Ano XXXVI, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 6 de fevereiro de 1877, ed. 028, Ano XXXVI, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, 24 de fevereiro de 1877, ed. 44, Ano XXXVI, p. 1.

PUBLICADOR MARANHENSE, 28 de fevereiro de 1878, ed. 49, Ano XXXVI, p. 4.

PUBLICADOR MARANHENSE, 15 de janeiro de 1885, ed. 06, Ano XLVI, p.1.

Apêndice A - Tabela de frequência do Publicador Maranhense (1841 – 1885)

	Ano \ Categoria	Prédio escolar	Mobiliário	Materiais Visuais, Sonoros e Táteis	Livros e Revistas escolares
	Publicador Maranhense	1841 a 1843	-----	-----	-----
1844		ed. 196, 230, 234	ed. 162, 198		ed. 153, 163, 183, 229
1845		-----	-----	-----	-----
1846		ed. 397			
1847		-----	-----	-----	-----
1848					ed. 654
1849		ed. 875		ed. 758, 758, 806	ed. 758
1850				ed. 951	
1851		ed. 1160			
1852 a 1856		-----	-----	-----	-----
1857				ed. 145	
1858 a 1860		-----	-----	-----	-----
1861		ed. 163			
1862		-----	-----	-----	-----
1863					ed. 35, 102; 106; 114; 116; 117; 121; 132; 144; 150; 152; 155; 187.

	1864 a 1865	-----	-----	-----	-----
	1866				ed. 147; 148; 151; 156; 159; 161; 162; 170
	1867 a 1874	-----	-----	-----	-----
	1875			ed. 127	ed. 026
	1876				ed. 085
	1877	ed. 014; 028; 44.			
	1878			ed. 049	
	1879	ed. 240; 247.			
	1880 a 1883	-----	-----	-----	-----
	1884			ed. 093	ed. 110
	1885	ed. 06	ed. 082		ed. 049

Apêndice B - Tabela de frequência do Publicador Oficial (1838 – 1841)

O Publicador Oficial	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Categoria Ano </div>	Prédio escolar	Mobiliário	Materiais Visuais, Sonoros e Táteis	Livros e Revistas escolares
	1838	ed. 632, 641, 642, 649,	ed. 632,	ed. 649	-----
	1839	ed. 674.	---	-----	-----
	1840	-----	----	-----	ed. 724.
	1841	-----	----	-----	-----